

Ano X — Nº 99 Maio 91 - Publicação mensal da Associação dos Arquitectos Portugueses
Director: F. Silva Dias - Director Adjunto: João Nasil Pereira - Preço 300\$00

Lisboa

99

J O R N A L

ARQUITECTOS



SABEMOS QUE JÁ NOS CONHECE. PRETENDEMOS QUE NOS CONHEÇA MELHOR.

Temos bastantes razões para o desejar.

- Para poder confirmar a qualidade e funcionalidade das nossas linhas de mobiliário, de design nacional, concebido ergonomicamente.
- Para também verificar a sua versatilidade e adaptabilidade a todas as áreas de serviços ou de administração.
- Para comprovar que a optimização do seu escritório constitui o nosso principal objectivo



METROPOLIS



LOGOS

e que por isso procedemos regularmente a actualizações dos nossos conceitos estéticos e técnicos.

- Para não ter dúvidas que cumprimos prazos de entrega e que os nossos serviços lhe asseguram a entrega e montagem do nosso mobiliário em qualquer ponto do país e lhe garantem uma adequada assistência técnica.

- Para constatar que, por alguma razão, nos mantemos na vanguarda do design de mobiliário para escritório em Portugal.

- E por fim, para que possa comprovar todas as nossas razões, solicite a visita de um delegado LONGRA.



LONGRA / ROVO

SALÕES DE EXPOSIÇÃO E VENDA

Rua Dr. João Couto, Lote C - 2.º - 1500 LISBOA
Tel. 715 44 20 - Telex 16476 METLON P - Telefax 714 21 96

Rua Gonçalo Cristóvão, 86 - 4000 PORTO
Tels. 31 44 93 - 31 49 71 - Telex LONNOR P

LONGRA

É PARA SEMPRE.

ORGANIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, S.A.



CERÂMICA CONSTÂNCIA

FUNDADA EM 1836

forbo FORBO PERGOL, SA

REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS



**KROMMENE DESK TOP
E BULLETIN BOARD:
REVESTIMENTOS PARA
MOBILIÁRIO, PORTAS
E PAREDES.**

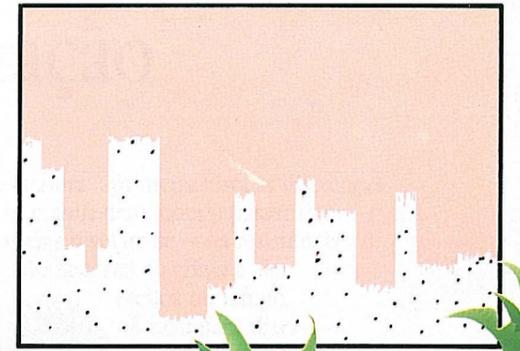


Rua Sá da Bandeira, 342 — 4000 Porto
Telef.: 32 43 02/32 44 50
Telex: 22364 Marito P — Fax: 56 54 53

Rua Latino Coelho, 8-A/8-B — 1000 Lisboa
Telef.: 56 32 04/7
Telex: 16456 Pergol P — Fax: 57 75 14

Rua D. Estefânia, 163-C — 1000 Lisboa
Telef.: 54 60 10

**prestomat
rende mais!**



Uma tinta vale pelo seu poder de cobertura, pelo rendimento que proporciona, nível de acabamento que oferece e capacidade de resistência ao tempo. Prestomat vale pelos bons resultados em superfícies interiores e exteriores, permitindo um acabamento económico de excelente qualidade. Experimente Prestomat e verá que rende mais.

VALENTINE

PUBLICIS/CIESA

o crescer em todas as direcções



Ofita

ALFETA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS, LDA.

SEDE: Alameda das Linhas de Torres, 59-A
Telef. 758 58 19 - Fax 759 87 93 - Telex 64177 ALFETA P - 1700 LISBOA

Plena Integração

Se olhar para nós do alto do Castelo provavelmente não nos vai distinguir dos nossos vizinhos. Temos a capacidade de nos integrarmos totalmente no meio que nos envolve.

Isto porque as telhas ARGIBETÃO são produzidas tendo em conta a especificidade da paisagem arquitectónica em que vão ser inseridas: rural, urbana ou litoral...

Mas, embora à primeira vista as diferenças não se manifestem, com o passar dos anos elas revelam-se — na resistência do material ao clima e aos efeitos do tempo.

É caso para dizer que mesmo antes de 1993 compreendemos as vantagens da plena integração.



Telha Latina Cerâmica Rústica



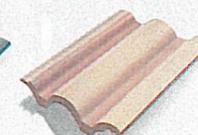
Telha Latina Argilusa



Telha Latina Argilusa Rústica



Telha Latina Ardósia



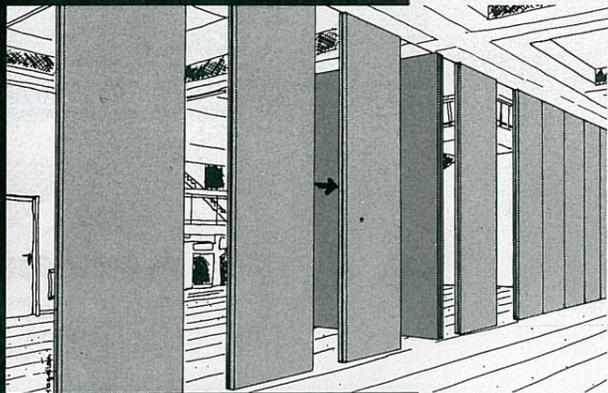
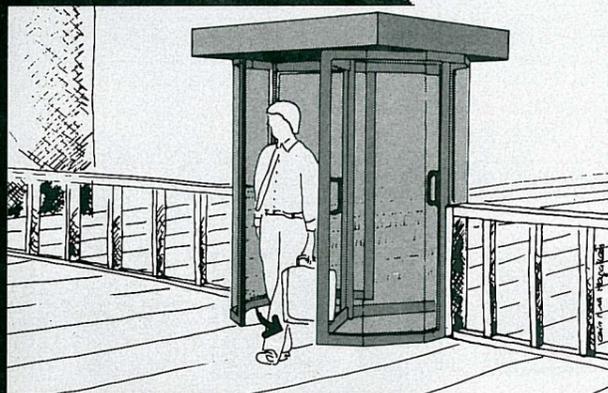
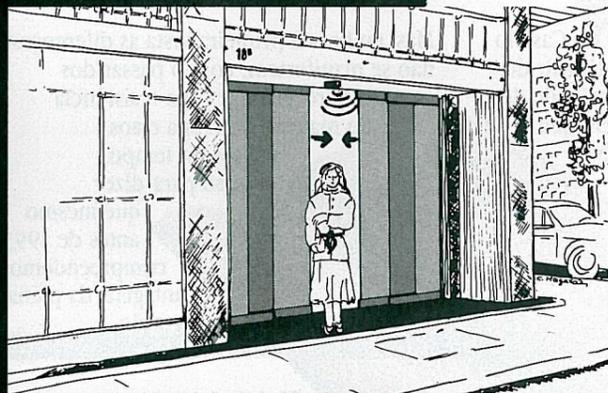
Telha Latina Regional



ARGIBETÃO

Av. Fontes Pereira de Melo, 19-5.º
1098 Lisboa Codex — Tel. (01) 54 71 54
Telex 14503 — Fax (01) 57 95 17
Fábricas em: Ovar, Cartaxo, Braga e Azeitão.

...NO SEU CAMINHO.



PORTAS AUTOMÁTICAS DE VIDRO

- VÁRIOS MODELOS
 - GARANTIA DE SERVIÇO PÓS-VENDA
- Aproximadamente 1000 portas vendidas e instaladas pela Mundiporta
- Bancos
 - Hotéis
 - Hospitais
 - Escritórios
 - Aeroportos
 - Etc., etc.

PORTAS CORTA-FOGO

- MADEIRA
 - METÁLICAS
- Hotel Sheraton - Porto
 - EDP - Sacavém
 - Tetra Pak - Carnaxide
 - General Motors - Azambuja
 - Hotel Pulman - Lisboa
 - Sociedade I. Serviços - Lisboa
 - Etc., etc.

CONTROLO DE ACESSOS

- PESSOAS - Torniquetes
 - VIATURAS - Barreiras
- Obstáculos escamoteáveis
 - Portões de correr eléctricos
- Aeroporto Sá Carneiro - Porto
 - B. Aérea - Monte Real
 - Miele Portuguesa
 - Tetra Pak - Carnaxide
 - Porto de Peniche - Peniche
 - Edifício Palma e Laranjeiras - Lisboa
 - Barros & Barros - Trajouce
 - Etc., etc.

PAREDES/DIVISÓRIAS MÓVEIS

- ALTO ISOLAMENTO ACÚSTICO
 - CLASSE M1
 - VÁRIOS ACABAMENTOS
- Fundação Luso-Americana
 - Hotel D. Pedro - Vilamoura
 - Axel Johnson - Carnaxide
 - Nova Fac. Ciências - Lisboa
 - C.ª P. Rádio Marconi - Lisboa
 - Etc., etc.

Os arquitectos conhecem-nos.
Gostamos de ajudar nos projectos novos
e nos novos projectos.



Rua Jorge Colaço, 21-A/B • 1700 LISBOA • PORTUGAL
Tels.: 80 34 62 • 80 60 64 • 80 85 52 • 89 25 40 • 89 50 13 • 89 69 09
847 12 90 • 847 10 29 • Tlx.: 12769 MUPOR P • Fax: 80 95 07

J O R N A L ARQUITECTOS

PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES (AAP)

DIRECTOR:
Francisco da Silva Dias (Presidente do CDN)

DIRECTOR ADJUNTO:
João Nasi Pereira

CHEFE DE REDACÇÃO:
Margarida Colaço

SECRETÁRIA DE REDACÇÃO:
Fátima Cecílio

CONSELHO DE REDACÇÃO:
Manuel Queiroz - CDN
Vasco Massapina - CDR Sul
Rosário Rodrigues - CDR Norte

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Luis Pereira
Luisa Guerreiro
Mário Chaves
Susana Nogueira Godinho

PATROCINADORES:
Cerâmica Constância
Longra - Org. Equipamentos para Escritório, SA
Pergol, Lda
Technal Portuguesa, Lda
Valentine - Portugal, Lda
Wirso - Tubos da Suécia, Lda

FOTOGRAFIA:
João Santos
Mário Soares
Luis Maria Gonçalves
Paulo Taveira
Paulo Valente

RELAÇÕES PÚBLICAS, MARKETING E PUBLICIDADE
Maria de Lurdes Melo

SECRETARIADO:
Paula Mendes

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Barata Salgueiro, 36
1200 Lisboa
Telef: 352 64 45 - 54 3512
Fax - 54 36 67

GRAFISMO:
João Carlos Mendes

PRODUÇÃO:
Comunicando - Comunicação e Informação, Lda
Rua dos Douradores, 202 - 4.º Esq.
1100 Lisboa
Telef: 87 55 92 - 87 54 60 Fax: 87 54 60

EXECUÇÃO GRÁFICA
Henrigráfica, Lda
Rua D. Carlos I, 31 - 1.º
Laranjeiro 2800 Almada
tel: 229 0174

IMPRESSÃO:
Imprinter, SA
Rua Sacadura Cabral, 26/30
1495 Lisboa
Telef: 419 80 65

TIRAGEM: 6.000 exemplares
Depósito Legal Nº 2762689
ISSN 0870-1504 O AAP

DISTRIBUIÇÃO:
Midesa Marco Ibéria
Distribucion de Ediciones, S.A.
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 1 - A
Tel: 859 67 39 - 859 67 57 - 859 66 29
Telex - 64 861 MIDESA P - 1900 Lisboa



29-5-94

Neste J.A. há um olhar sobre Lisboa. Breve e imperfeita avaliação dos *grandes trabalhos* da nossa capital buscando, esforçada, a sua dimensão europeia em vésperas de exigente encadeado de sucessos: presidência das comunidades 92, capital da cultura 94 e Expo 98.

Numa conjectura auspiciosa, em que parecem, finalmente, reunidas condições de paz nos dois maiores países africanos de expressão portuguesa, consequência de uma genuína aproximação entre os três povos, parece justificado o desejo de que a vertigem europeia não prejudique a seriedade da contribuição portuguesa para as tarefas de reconstrução em África.

Para a arquitectura, tão requisitada quando o traje é de cerimónia, há que assegurar o protagonismo devido, quando a exigência é a manga arregaçada.

João Nasi Pereira

EDITORIAL

SUMÁRIO

Calendário

pág. 10 a 12

Actual

pág. 14 a 16

Depoimento

Banhos de S. Paulo

pág. 17

Encontro

Arquitectura e Conflito

pág. 19

Leituras

pág. 20

Legislação

RCCTE

pág. 22 e 23

Informação

pág. 24

Dossier Lisboa

pág. 33 a 47



Capa: Lisboa

CONGRESSOS

3 - 4 Junho 1991

**SEMINÁRIO TRANS-COMUNITÁRIO:
"ARQUITECTURA BIOCLIMÁTICA
E A SUA APLICAÇÃO PRÁTICA"**
Lisboa

Este Seminário constitui uma acção do Programa THERMIE da Comissão das Comunidades Europeias (DG XVIII), sendo organizado pelo ERG da School of Architecture do University College Dublin, Irlanda e o CCC (CCE / CEEETA / CBE), Portugal. Destinado a arquitectos e engenheiros civis ou mecânicos, nele serão abordados diversos temas relacionados com as estratégias de integração dos conceitos e técnicas que contribuem para o projecto e construção de edifícios energeticamente eficientes.

Informações:

CCC - CCE / CEEETA / CBE
Estrada de Alfragide, Praceta 1, Alfragide, 2700 AMADORA
Telf.: (01) 471 14 54 - 471 81 60
Fax: (01) 471 13 16

7 - 13 Junho 1991

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ZONAS HISTÓRICAS

Simpósio Internacional
URSS

A União dos Arquitectos da URSS, em colaboração com os três grupos de trabalho da UIA (Património Arquitectónico, Desporto, Lazer e Turismo, Arquitectura e Energia), organiza um seminário que se realiza sob forma de cruzeiro, entre as cidades de Leninegrado, Petrozavodsk, Kiji e Valaam. As reuniões são a bordo do barco. A inscrição é de \$700 US e inclui as refeições e alojamento na URSS

Informações:

União dos Arquitectos Soviéticos
Secretaria do Grupo
"Património Arquitectural", 3
Rue Chtchoussev
Moscovo K1 (URSS)
Tel: 2038060
Fax: 2904384 Telex: 411648

23 - 25 Julho 1991

VI CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AS INSTITUIÇÕES HUMANAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Cálcuta - Índia

O tema principal a debater será "A dicotomia e complementaridade urbana e rural" dividido em quatro sub-temas:

- Dinâmica urbana e contrapartida rural;
- Desenvolvimento rural e relações Cidade / campo;
- Habitação - bairros de lata e estabelecimentos precários;
- Problemas imobiliários, infraestruturas, financiamento e materiais de construção.

Informações:

Director Center for Human Settlements
25 / 27 Netaji Subhas Road
Cálcuta 700 001
Índia

29 Julho / 18 Agosto 1991

**SEMINÁRIO UIA
Fontainebleu**

No âmbito das Escolas de Arte Americanas, decorrerá este Verão, no Castelo de Fontainebleu (França), mais um **SEMINÁRIO UIA** sobre o tema "Integração do Novo no Velho", sob a direcção de Jean-Louis Nouvian. Este Seminário inscreve-se no programa de actividades da **Região 1** que visa desenvolver o campo mais sensível para o futuro da Arquitectura: o Ensino. A **Região 1** tem como objectivo intensificar os contactos entre os jovens arquitectos da Europa.

Informações:

AAP - 395 14 01 / 2 / 3
JA - 54 35 12

26 Outubro / 1 Novembro 1991

**III CONGRESSO DA UAA
Lome - Togo**

A União de Arquitectos de África (UAA), irá realizar o seu 3º Congresso subordinado ao tema: "As cidades no ano 2000". Os temas propostos aos futuros participantes são:

- Política e Infraestruturas;
- Cultura e Industrialização;
- Transportes e Comunicações;
- Habitação e centros de lazer;
- Descentralização.

Simultaneamente estará patente a "Africabal", uma exposição sobre o património arquitectónico, um festival do filme de arquitectura e uma exposição internacional de trabalhos de estudantes.

Informações:

UAA Arquitectura LOME 1992 ECP BP 3030
LOME (Togo) Tel: 228 / 21 68 41

CONFERÊNCIAS

**CICLO DE CONFERÊNCIAS
SUBORDINADO AO TEMA
"UM FUTURO COM HISTÓRIA"**

Maio / Julho 1991

Organizado pela Comissão do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora. As palestras realizam-se no Anfiteatro da Universidade (sala 131) e têm início às 17.30 horas. A entrada é livre.

Maio

22 - Dr. h. c. Túlio Espanca - Inventário e Documentação de Monumentos Históricos
29 - Prof. Teresa de Almeida - Biodegradação de estruturas Arquitectónicas

Junho

5 - Prof. Rui Namorado Rosa / Drª Maria da Graça Carraça
Condições Térmicas na Conservação de Monumentos Históricos
12 - Arqtº José Cornélio da Silva - Textos Portugueses sobre Conservação de Monumentos Históricos.
19 - Dr. João Vaz Rodrigues / Arqtº Miguel Pedroso de Lima - Património Urbano. Perspectiva Jurídico-Positiva
26 - Prof. Gonçalo Ribeiro Telles - Conservação da paisagem Histórica

Julho

3 - Prof. Virgolino Ferreira Jorge - Conservar Restaurar, Renovar.

**4ª BIENAL INTERNACIONAL
DE ARQUITECTURA DE CRACÓVIA
Cracóvia / Polónia**

10 Outubro / 5 Novembro
Organizada pela Associação dos Arquitectos Polacos, através dos Gabinetes Locais em Cracóvia.

Informações:

Stowarzyszenie Architektów Polskich - Oddział w Krakowie - 31-019 Kraków (com notação "BI-ENAL") Tel: 22-75-40

Planear o Território, Desenhar a Cidade

II Encontro sobre a Nova Legislação Urbanística

Completado um ano sobre a entrada em vigor da lei dos planos municipais de ordenamento do território (Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março), a AAP propõe-se discutir as principais alterações produzidas pelo novo regime. Entre os temas obrigatórios de um debate referido às actuais práticas de planeamento urbanístico, não-de figurar os seguintes tópicos:

* Ritmo de elaboração dos Planos Directores Municipais (PDMs), tendo presente o prazo fixado para a finalização dos estudos e sua aprovação dos estudos e sua aprovação (31 de Dezembro de 1991).;

* Vantagem de completar a primeira geração de PDMs com planos de zonamento mais próximos do desenho urbano, como é o caso dos Planos de Urbanização (PUs);

* Necessidade de equacionar as questões relativas à imagem da cidade e ao seu tratamento a nível quer dos Planos de Pormenor (PP) elaborados pelos municípios, quer das operações de loteamento desenvolvidas pelos particulares. A par com a discussão das novas práticas de planeamento, a AAP propõe-se apresentar e debater os pontos de vista por si defendidos no contexto da reforma da legislação urbanística presentemente em curso, designadamente no que se refere aos seguintes projectos do diploma:

- * Lei de Bases do Ordenamento do Território;
- * Novo regime das operações de loteamento e obras de urbanização;
- * Novo processo de licenciamento municipal de obras particulares;
- * Regulamentação do Plano de Salvaguarda e Valorização (PSV).

Objectivos:

- * Proceder a um balanço do novo regime dos planos municipais de ordenamento do território (Decreto-Lei nº 69/90).
- * Debater os pontos de vista da AAP relativamente aos seguintes projectos do diploma:
 - Lei de Bases do Ordenamento do Território;
 - Novo Processo das operações de loteamento e obras de urbanização;
 - Novo regime de licenciamento municipal de obras particulares;
 - Regulamentação do Plano de Salvaguarda e Valorização (PSV).

**Auditório
da Delegação
do Norte
da S.E.C.
Porto, dias 24
e 25 de Maio****Programa**

Sexta-feira, 24 de Maio

- 9.00 - Recepção e distribuição de documentos
9.30 - A. Sessão de Abertura. - Presidida por S. Exa. o Ministro do Planeamento e da Administração do Território - Arqtº Francisco Silva Dias (Presidente do CDN da AAP)
10.00 - B. Intervenção da AAP na Reforma da Legislação Urbanística. - Arqtº Gomes Fernandes (Presidente do CDRN da AAP). - Arqtº Fernando Gonçalves (Representante Delegação do CDN da AAP)
10.45 - Pausa para café.
11.00 - C. Quadro Geral do Planeamento de Pormenor: Legislação Urbanística e Plano de Ordenamento do Território. Arqtº Jorge Silva (Comissão de Estudo para as Leis da Arquitectura - CELA da AAP). - Drª Maria Angelina Ramos (CCRN) Arqtº Rui Losa (Director do Projecto Municipal para a Recuperação do Centro Histórico do Porto) - Arqtº Manuel Fernandes de Sá
12.00 - Debate
13.00 - Almoço.
14.30 - D. Enquadramento Urbanístico e Tarefas do Planeamento de Pormenor. - Arqtº Manuel Bastos (CELA da AAP) - Engº Guilherme Ferreira - Arqtº Pedro Ramalho - Arqtº Ana Paula Silva
15.30 - Debate.
16.00 - E. Negociação Urbanística e Planeamento de Pormenor de iniciativa particular. - Arqtº Joaquim Mendia (CELA da AAP) Arqtº Miguel Mendes (C.M. Matosinhos) - Dr. Daniel Bessa (CCRN) - Arqtº Carlos Loureiro
17.00 - Debate.
17.30 - Pausa para café.
17.45 - Bases para a promoção do desenho urbano e valorização do planeamento de pormenor. - Representante do CDN da AAP
18.00 - Debate.

Sábado, 25 de Maio

- 9.00 - E. Reforma da Legislação Urbanística: - Questões em aberto. - Arqtº Eugénio Graça (CELA da AAP) - Arqtº Carvalho Dias (Soc. Port. Urbanistas) - Representante da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas - Dr. Osvaldo Gomes
10.30 - Debate.
11.00 - Pausa para Café.
11.30 - F. Debate final: Conclusões.
12.00 - G. Sessão de Encerramento.

Temas:

- * Intervenção da AAP na reforma da legislação urbanística;
- * Enquadramento do planeamento de pormenor na legislação urbanística e nos planos de ordenamento do território;
- * Planeamento de pormenor e desenho urbano;
- * Negociação urbanística e planeamento de pormenor de iniciativa particular;
- * Bases para a melhoria da imagem da cidade e para a promoção do planeamento de pormenor;
- * Reforma da legislação urbanística: Questões em aberto.

Seminário Internacional

"A Arquitectura das Bibliotecas"

Vai a Associação dos Arquitectos Portugueses realizar em Lisboa, nos próximos dias 19, 20, 21 e 22 de Junho um Seminário Internacional sobre o tema "A Arquitectura das Bibliotecas", realização que conta com o apoio do Instituto Português do Livro e da Leitura. Com a realização deste Seminário pretende a AAP levar a cabo uma reflexão tão aprofundada quanto possível sobre a problemática específica da Arquitectura das Bibliotecas nas suas vertentes arquitectónica, construtiva e funcional, tomando como ponto de partida o programa de criação de uma rede de Bibliotecas Municipais de leitura Pública actualmente em curso em Portugal, sob a orientação daquele Instituto. Com efeito, quer pela sua amplitude - cerca de 90 bibliotecas em curso, em todo o país - quer pela riqueza e variedade das intervenções arquitectónicas que tem permitido e pelo número de arquitectos nelas envolvidos, quer ainda pelo facto de assentar, fundamentalmente, na iniciativa das Câmaras Municipais, reservando à Administração Central apenas o apoio técnico e financeiro, este programa assume características inéditas em Portugal, que a AAP tendo por finalidade essencial a promoção da Arquitectura, não poderia ignorar. Assim, serão chamados a intervir neste Seminário arquitectos com responsabilidades a nível do desenvolvimento de projectos concretos de bibliotecas integradas no referido programa, bem como responsáveis pela sua condução a nível da Administração Central e Regional.

Paralelamente, contar-se-á com a intervenção de arquitectos autores de projectos de bibliotecas em vários outros países da Europa Comunitária, os quais farão a apresentação dos seus projectos, assim com responsáveis pela leitura pública nos referidos países. Está pois convicção a AAP que a realização de um seminário com estas características permitirá um melhor apetrechamento técnico e metodológico dos arquitectos com responsabilidades actuais ou futuras na área específica da Arquitectura das Bibliotecas, ao mesmo tempo que um melhor conhecimento das exigências programáticas e funcionais específicas deste tipo de equipamento.

Quarta-feira, 19 - (Programa Provisório)

- 9.00 - Recepção e entrega de documentos.
 9.30 - Sessão de Abertura. - Presidida por um membro do Governo
 10.00 - "Perspectivas para criação de redes de Bibliotecas Públicas nos países comunitários - Intervenção de responsáveis e especialistas de Portugal. Espanha, França e Inglaterra.
 11.15 - Pausa para café.
 11.45 - Painel sobre o mesmo tema, com referência especial ao caso português.
 - Moderadora: D^ª Maria Teresa Calçada - Convidados: Dir. Regionais de Ordenamento do Território, das CCRs
 13.00 - Intervalo para almoço.
 15.00 - "A Arquitectura das Bibliotecas Públicas" em Portugal. Alguns exemplos - Intervenção dos Arquitectos Manuel Queiroz e António Braga, Consultores do IPLL.
 Apresentação de exemplos concretos de bibliotecas públicas construídas ou em construção em Portugal.
 17.30 - Painel sobre o mesmo tema, com a participação dos autores dos projectos apresentados. - Moderador: Arqt^ºs. Manuel Queiroz e António Braga
 18.30 - Encerramento dos trabalhos.
 20.00 - Recepção de boas vindas.

Quinta-feira, 20

- 9.30 - "Bibliotecas Públicas. Aspectos programáticos e funcionais".
 Participação de representantes e especialistas de diferentes países da Europa Comunitária.
 11.00 - Pausa para café.
 11.30 - Painel sobre o mesmo tema. - Moderador: Dr. Henrique Barreto Nunes, Director da Biblioteca Pública de Braga / UM.
 13.00 - Intervalo para Almoço.
 15.00 - Deslocação de autocarro - Lisboa / Almeirim.
 16.00 - Visita à futura Biblioteca Municipal de Almeirim.
 18.45 - Recepção nos Paços do Concelho.
 20.00 - Regresso a Lisboa.

Sexta-feira, 21

- 9.30 - "As Bibliotecas e os aspectos construtivos de energia e segurança". - Participação de Arquitectos e outros Técnicos de várias especialidades de projectos portugueses e estrangeiros.
 11.00 - Pausa para café.
 11.30 - Painel sobre o mesmo tema.
 13.00 - Intervalo para Almoço.
 15.00 - Apresentação de exemplos de Bibliotecas Públicas construídas em outros países comunitários.
 16.00 - Pausa para café.
 17.00 - Debate.
 19.00 - Encerramento dos trabalhos.

Sábado, 22

- 9.30 - "As bibliotecas de investigação. Alguns casos".
 Participação de Técnicos portugueses e estrangeiros.
 11.00 - Pausa para café.
 11.30 - Sessão de Encerramento.
 Programa Operacional:
 Visita às Bibliotecas Municipais da margem sul do Tejo
 12.00 - Deslocação de autocarro - Lisboa / Palmela.
 13.00 - Intervalo para Almoço.
 15.00 - Visita à Biblioteca Municipal de Palmela
 16.30 - Visita à Biblioteca Municipal do Barreiro.
 18.00 - Visita à Biblioteca Municipal do Seixal.
 20.00 - Regresso a Lisboa.

Local: FORUM PICOAS (Lisboa)

Inscrições: AAP, Av. 24 de Julho, 52 - 1^ª Esq.

Tel: 345 14 01 / 02 / 03

Fax: 395 14 00 - Preço: associados AAP- 20.000\$00
 outros - 25.000\$00

RESULTADOS

Concurso de Ideias para a Valorização da Cerca do Castelo de Óbidos

- 1^º Prémio - Arqt^º. José Ressenho Garcia Lamas
 2^º Prémio - Arqt^º. Carlos Janeiro
 3^º Prémio - Arqt^º. José Cabral Beirão

Menções Honrosas:

- José M. Lucas Dias
 José M. Teixeira Soares

NOMEAÇÕES DE REPRESENTANTES DA AAP EM JÚRIS

Prémio Valmor

- Arqt^º. Michel Toussaint

Concurso Público para o Estudo Prévio da Escola Preparatória e Secundária de Miragaia - Porto

- Arqt^º. José Bernardo Távora

Concurso do Projecto do Centro Técnico Cultural - LNETI

- Arqt^º. Helder Tércio Guimarães

Concurso Pátios e Vilas da Cidade de Lisboa

- Arqt^º. José Silva Carvalho

CONCURSOS QUE A AAP NÃO RECOMENDA E PEDIU A SUSPENSÃO

Por serem concursos cujas regras não se enquadram nos mínimos exigíveis para Concursos de Arquitectura, a AAP pediu a suspensão imediata e reformulação de regulamentos dos seguintes concursos:

Concurso Público Internacional para o Hospital de Viseu

- Viseu

Concurso para o Projecto do Centro de Férias da Madalena

- Açores - INATEL

Concurso Público para a elaboração do Projecto do Monumento ao Homem do Mar

- Peniche

CONCURSOS

CONCURSOS EM PREPARAÇÃO COM ACESSORIA DA AAP

Concurso Público de Ideias para a Casa de Repouso Maria Isabel Sardinha
 Fundação António Manuel Figueiredo Sardinha
 Albarraque - Sintra

Plano de Pormenor do Conjunto de São Roque
 S. Casa da Misericórdia de Lisboa
 Lisboa

Este concurso está em fase final de preparação.

Seminário do C.A.E. em Belfast

sobre a conservação do ambiente e da energia.

Realizou-se em Belfast (Irlanda do Norte) entre 11 e 14 de Abril, no âmbito do Conselho dos Arquitectos da Europa (organismo que representa os arquitectos dos 12 países da Europa Comunitária) um Seminário sobre a Conservação do Ambiente e da Energia, questão da maior oportunidade e importância para o futuro do nosso planeta e da própria humanidade e na qual o papel dos arquitectos pode ser determinante.

Este Seminário, que foi organizado pela RIBA (Royal Institute of British Architects) em colaboração com a RSUA (Royal Society of Ulster Architects) teve representações ao mais alto nível de todos os países comunitários excepto da Alemanha que realizava nos mesmos dias o seu congresso e a Bélgica. A representação portuguesa esteve a cargo do nosso colega Manuel Queiroz, Secretário-Geral CDN. As delegações presentes foram oficialmente recebidas pelo Lord Mayor de Belfast e pelo Governo Regional do Ulster, tendo este último oferecido um banquete no Palácio do Governo (Surmont Castle).

O Seminário constou basicamente da apresentação pela respectiva delegação da situação de cada país sob o ponto de vista da conservação do Ambiente e da Energia com especial incidência na avaliação do Impacto Ambiental, avaliação que, de acordo com a Directiva Comunitária, é hoje obrigatória para a maioria dos grandes projectos em todas os países comunitários. Com base nas comunicações apresentadas por cada Delegação sobre a situação do respectivo país, foi depois aprovada a "Declaração de Belfast" com base no texto de uma comissão constituída pelos representantes de Inglaterra, França e Holanda.

Esta Declaração (ver caixa nesta página) ratificada na Assembleia Geral do Conselho dos Arquitectos da Europa (C.A.E.) realizada nos dias 3 e 4 de Maio no Luxemburgo e em que estiveram presentes o Presidente Silva Dias e o Secretário-Geral Manuel Queiroz em representação da

AAP, tem uma grande importância e significado para os arquitectos. Com efeito é a primeira tomada de posição pública dos Arquitectos Europeus em relação à necessidade de conservação do Ambiente e da Energia e ao papel fundamental que nela cabe aos arquitectos. Com efeito, de acordo com estudos realizados no âmbito comunitário cerca de 50% dos efeitos de destruição da camada de ozono são consequentes de maneira directa, ou indirecta, dos edifícios e da forma como são projectados e construídos.

Por outro lado os problemas ambientais, consequentes da falta de políticas correctas do Ordenamento do Território e da protecção dos recursos naturais tem uma grande incidência nos países comunitários tendo levado a Comissão a publicar a referida Directiva obrigando à realização de estudos de avaliação do Impacto Ambiental. Ora um dos aspectos mais relevantes da Declaração de Belfast é precisamente a importância que dá à necessidade de participação dos arquitectos nos referidos estudos, nomeadamente em relação ao impacto visual, salientando o facto de pela sua formação e experiência profissional os arquitectos estarem especialmente bem colocados para coordenar as equipas responsáveis por tais estudos.

É pois um novo campo de intervenção profissional que se abre aos arquitectos.

DECLARAÇÃO DE BELFAST - Conselho dos Arquitectos da Europa, 13 de Abril 1991

A reunião especial do Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE) que representa os 180 000 arquitectos ao serviço dos 320 milhões de habitantes da Comunidade Europeia, que teve lugar em Belfast nos dias 12 e 13 de Abril, preparou a primeira declaração sobre o ambiente construído, a qual como a Arquitectura, é de interesse público segundo os seguintes nove pontos:

Legislação da CE

1 - A Directiva 85 / 337 da CE sobre o Impacto Ambiental deve ser transposta para o Direito Interno, e implementada igualmente e sem demoras, por todos os Estados membros, devendo ser interpretada de modo a contemplar todas as construções importantes (artº 4.1) bem como todos os projectos de urbanismo e de ordenamento do território.

2 - Os critérios de avaliação previstos no artº 3º da Directiva 85 / 337 devem ser interpretados de modo a salvaguardar a globalidade das novas preocupações e permitir igualmente a avaliação do impacto visual.

3 - O programa de economias das energias da CE (Programa Save) contempla o dispositivo de salvaguarda do ambiente e deve ser posto em prática sem demoras em todos os Estados membros.

O desenvolvimento do papel do arquitecto

4 - Os estudos de impacto ambiental devem ser realizados na fase inicial da concepção, como parte integrante dos estudos de

exequibilidade do projecto e devendo incluir planos e programas e ser do domínio público.

5 - Os arquitectos, quer pela sua formação, quer pela sua vocação e experiência estão particularmente bem colocados para assumir a responsabilidade da coordenação das acções de preservação do meio ambiente descritas na Directiva 85 / 337, incluindo as alterações e melhorias propostas e no Programa SAVE.

6 - O ensino da Arquitectura tal como é reconhecido na Directiva 85 / 384 assim como a formação permanente devem ser completados de modo a melhorar a formação dos novos arquitectos nas disciplinas do ambiente a um nível tal que tornem o prazo obsoleto os actuais métodos de avaliação do Impacto ambiental.

Soluções Práticas

7 - As escolhas e as especificações de todos os materiais e sistemas de construção devem ter em conta os riscos de toxicidade e a saúde dos utentes (Sick Building Syndrome).

8 - A escolha e especificação de todos os materiais e sistemas de construção devem igualmente ter em conta, entre outras coisas, as energias utilizadas, o carácter renovável da sua origem e as suas possibilidades de reciclagem.

9 - O desenvolvimento da concepção do ambiente na CE deve integrar a pesquisa e as suas aplicações, e introduzir a criação de uma rede de informações relativas ao ambiente no seio das Escolas de Arquitectura reconhecidas pela Directiva 85 / 384 CE.

Vasco Morais Soares

Vice-Presidente do CIANA

No dia 20 de Março de 1991, na cidade de Guatemala, foi eleito por unanimidade para o cargo de Vice-Presidente do CIANA - Consejo Iberoamericano de Asociaciones Nacionales de Arquitectos, o nosso colega Vasco Morais Soares - actual Vice-Presidente do C.D.N., de acordo com propositura apresentada pelo México, Uruguai e Guatemala na reunião de Sevilha a 11 de Dezembro de 1990 subscrita por Espanha e ratificada pelo CDN da AAP. Esta importante organização socio-cultural que agrega 22 países está subdividida por 5 Regiões correspondendo a cada uma delas um coordenador:

Região I - Golfo do México

Região II - Centro América

Região III - Região Boliviana

Região IV - CONO Sul

Região V - Península Ibérica e resto do Mundo; na qual poderão ter assento todos os países de Expressão Portuguesa ou Espanhola, ou outras regiões com forte incidência linguística ibérica, como são os casos dos estados de Newarir, Florida, Texas, Califórnia.

Para os cargos da Junta Directiva foram eleitos:

Presidência - SAMUEL LIPITZ FEDER (Uruguai); **Vice-Presidente** - VASCO DE MORAIS SOARES (Portugal); **Secretário-Geral** - MÁRIO PAREDES (Chile); **Tesoureiro** - SANTIAGO CARDENAS CANELES (México)

Na reunião da Junta Directiva e na Assembleia Geral do CIANA, estiveram representados os seguintes países: Salvador, México, Costa Rica, Chile, Uruguai, Espanha, Portugal e Guatemala (país anfitrião) através do Presidente do seu Colégio de Arquitectos - LULIO RENE Y REYNA, que também votou pelas Honduras, Nicarágua e Panamá, por este mandato como coordenador da Região II.

Do interesse do CIANA, como entidade cultural cujos principais objectivos são a investigação científica e a cooperação tecnológica, o intercâmbio cultural e a divulgação editorial. No seguimento da Assembleia Geral do CIANA, realizou-se o V Encontro sobre Arquitectos Ibero Americanos. Neste encontro subordinado ao tema "EL ARQUITECTO Y SU RESPONSABILIDAD CON EL MEDIO AMBIENTE" foi conferencista o nosso colega Vasco Morais Soares com intervenção subordinada ao tema "A ESTÉTICA DOS EDIFÍCIOS E DOS SÍTIOS" conceito prioritário na defesa do meio ambiente. Foi igualmente eleito Presidente do Jurí Internacional do concurso "Arquitectura Regional 91", promovido pelo XII Congresso "Centro Americano de Arquitectos", o Arquitecto Vasco Morais Soares.



CONSEJO IBEROAMERICANO DE ASOCIACIONES NACIONALES DE ARQUITECTOS

Reunião de secretariado de Núcleos

Nas instalações da Av. 24 de Julho, reuniram nos dias 5 e 6 de Abril os Secretariados dos Núcleos da Secção Regional do Sul da AAP.

Pelo Conselho Directivo Nacional esteve presente o colega João Santos Jorge, e pelo Conselho Directivo Regional, os colegas Pedro Brandão, Vasco Massapina, Luis Manuel Pereira e Ana Silva Dias. Todos os Núcleos se fizeram representar, à excepção dos Açores, estando presentes os colegas:

Sérgio Sousa, Vítor Santana e Acácio Horta da Luz, pelo Núcleo dos Arquitectos do Ribatejo e Oeste. Vasco Câmara Pestana e Vítor Rei, pelo Núcleo de Arquitectos do Nordeste Alentejano. Charepe Dias, pelo Núcleo de Arquitectos da Região de Évora. Hélder Oliveira, pelo Núcleo de Arquitectos da Beira Interior Sul. Isabel Nogueira, pelo Núcleo de Arquitectos do Baixo Alentejo. João Ramires Fernandes, pelo Núcleo de Arquitectos do Algarve.

Os colegas presentes expuseram várias questões quanto ao funcionamento dos núcleos e seu relacionamento com a Secção Regional do Sul, destacando-se a discussão sobre o Regulamento dos Núcleos da S.R.S., os Programas de Actividades e os Orçamentos.

Problemas reais, tais como a falta de recursos e a falta de informação, vão ser colmatados, pela distribuição de um Boletim Informativo Mensal, e das verbas no Orçamento da S.R.S., num montante de 1.200 contos, o que foi considerado manifestamente exíguo.

Os Núcleos da Região Sul, são importante estrutura da AAP, contribuindo fundamentalmente para a acção cultural em cada região, e para congregar os arquitectos em torno de objectivos comuns, para a cada vez maior dignificação da profissão, e representam cerca de quinhentos associados.

Vasco Massapina

MORADAS DOS NÚCLEOS AAP / SRS

NANA - Núcleo de Arquitectos do Nordeste Alentejano
Rua 19 de Junho, 26
7300 PORTALEGRE
Tel: 045/23401
(Arqº Vasco Câmara Pestana)

NARO - Núcleo de Arquitectos dos Ribatejo e Oeste
Rua Manuel Simões Pinho, 14 - A
2350 TORRES NOVAS
Tel: 049/25303 ou 049/25772
(Arqº Sérgio de Sousa)

NARE - Núcleo de Arquitectos da Região de Évora
Rua de Machede, 53
7000 ÉVORA
Tel: 066/21756
(Arqº António Abel)

NARBIS - Núcleo de Arquitectos da Beira Interior Sul
Tel. e Fax: 075/314858
(Arqº Hélder Oliveira)

NARBA - Núcleo de Arquitectos do Baixo Alentejo
Av. Vasco da Gama, 7
7800 BEJA
Tel: 084/24197
(Arqº Isabel Nogueira)

NARA - Núcleo de Arquitectos da Região do Algarve
Av. 5 de Outubro, 90 - 1º Dto.
8000 FARO
Tel: 089/25001
(Arqº João Ramires Fernandes)

NAReA - Núcleo de Arquitectos da Região dos Açores
Rua Dr. Bruno Tavares Carneiro, 62
9500 PONTA DELGADA
Tel: 096/23320
(Arqº Roberto Oliveira)

Ciclo de colóquios "Arquitectura na Cidade"

Têm vindo a registar grande afluência de arquitectos e estudantes de Arquitectura nas sessões do 2º Ciclo de colóquios "Arquitectura na Cidade" que a SRS da AAP vem levando a efeito no auditório da União dos Comerciantes, na Rua Castilho, nº 14 em Lisboa. Como novidade organizativa deste 2º ciclo em relação ao primeiro, regista-se o envolvimento de críticos de Arquitectura. Assim, o primeiro Colóquio, dedicado à obra do Arqtº David Chipperfield, foi nomeado pelo Arqtº Michel Toussaint e o segundo, dedicado às obras do Centro Cultural de Belém, da Torre do Tombo e do Palácio de Congressos, foi moderado pelo arqtº Pedro Vieira de Almeida. O terceiro Colóquio, com os arquitectos de Madrid, Carvajal e Ruiz-Larrea, será moderado pelo arqtº Manuel Mendes, o quarto, dedicado aos novos projectos na Ajuda é moderado pelo Dr. Paulo Varela Gomes, o quinto sobre projectos dos arquitectos franceses Dusapin e Leclercq, foi moderado pelo arqtº João Rodeia e o último, dedicado a projectos na Zona Ribeirinha, será moderado pelo arqtº Pedro Brandão.



Formação de Arquitectos na comunidade

O Comité Consultivo para a Formação no domínio da Arquitectura (Comissão das Comunidades Europeias), reuniu nos dias 12 e 13 de Março para debater a formação no domínio da Arquitectura.

Este comité funciona sob a forma de Grupos de Trabalho que elaboram recomendações enviadas para os Estados Membros e conta com a presença permanente de um representante das associações profissionais, um representante do ensino e um representante do Governo de cada Estado Membro.

Na reunião foi apresentado um documento sobre a organização da formação dos arquitectos nos Estados Membros; é este um estudo comparativo entre os diferentes tipos de formação nos diferentes países da C.E. e é reservado aos Membros do Comité.

Uma recomendação elaborada nesta reunião diz respeito à AAP, aos estudantes de arquitectura e a Portugal e refere/recomenda que o exercício da profissão seja antecedido por um estágio de dois anos (não remunerado?!). Ainda outra recomendação sob a forma de relatório que diz respeito à formação de professores: a ética e a prática. Este comité vai reunir nos próximos dias 11 e 12 de Junho, em Bruxelas.

Qual o destino destas recomendações? Também resultado desta reunião, destacou-se um delegado por país que se encarregará de saber qual o destino das recomendações.

Quanto aos estudantes de arquitectura (de quem este Comité não se ocupa) que queiram praticar o intercâmbio escolar terão de recorrer ao Programa Erasmus. No entanto, este Comité preocupa-se com uma futura grelha de interrelação escolar, uma vez que ainda há muitas incompatibilidades curriculares.

Instituto do Comércio Externo convidou AAP

OCEVISAMA é um certame de materiais de construção que este ano teve lugar em Valência / Espanha, nos dias 7, 8 e 9 de Março.

O Instituto do Comércio Externo de Portugal - ICEP - com sede em Lisboa e 45 delegações em todo o mundo, preocupa-se em apoiar a oferta nacional - exportação - de bens e serviços, estes últimos na medida em que prestam consultadoria no domínio da construção civil. O ICEP aluga no certame um espaço que dedica a empresas portuguesas porque a presença de Portugal parece-lhe importante. Este ano dedicou-o particularmente ao sector da cerâmica.

O convite que o ICEP dedicou à AAP, para ir "visitar" o certame, vai no sentido de acompanhar uma Campanha da Semana Portuguesa em Madrid (1990) e que se estende a várias regiões espanholas. Este convite tem (ainda) duas razões: a presença do Colégio dos Arquitectos de Valência no certame e a perspectivação de futuras formas de colaboração com o ICEP nas acções que este organiza.

O ICEP, para além de apoiar empresas portuguesas e de convidar organismos que possam ter interesse no certame, ainda promove o encontro destes com empresas e organismos estrangeiros (e/ou espanhóis).

A AAP achou que valeu a pena ter ido a Valência, ao CEVISAMA, pelo facto de se ter perspectivado um futuro protocolo de cooperação entre a AAP e o ICEP, sugerido pelo Dr. Pedro de Almeida, Presidente do último.

Cursos AAP/SRS registam enchente

Os cursos de curta duração lançados pela AAP/SRS registaram uma receptividade extraordinária por parte dos associados.

Uma semana depois do envio da circular estavam já esgotadas as capacidades de duas das turmas. À data desta notícia estão completas todas as turmas de acção 1 - "Segurança no Projecto" e da acção 3 - "Térmica Habitacional" e a turma da acção 2 - "Encomenda e Concursos".

Assim foi de imediato estudada a possibilidade de reeditar estas acções, estando desde já abertas inscrições para uma nova turma do curso "Segurança no Projecto", a levar a efeito nos dias 28 e 29 de Junho.

Os responsáveis por estas acções são:

Arqtº Alfácinha da Silva (acção 1)

Arqtºs Olga Quintanilha e Luís Manuel Pereira (acção 2)

Arqtº Fausto Simões (acção 3)

Banhos de S. Paulo

Alguns depoimentos

"...a consideração e o apreço em que o governo tem a AAP..."

O apoio que o Ministério do Planeamento e da Administração do Território decidiu dar à Associação dos Arquitectos Portugueses para a recuperação do edifício dos "Banhos de S. Paulo" traduz, de forma clara, a consideração e o apreço em que o governo tem a Associação dos Arquitectos Portugueses. Se o trabalho que a Associação tem desenvolvido, particularmente no estímulo à qualidade da Arquitectura, não justificasse só por si o apoio do ministro que tutela o Ordenamento do Território, a recuperação de um edifício com uma traça tão marcada, numa zona tão característica de Lisboa, com um projecto inovador, equilibrado e imaginativo, mereceria todo o apoio pelo efeito simbólico que espero venha a ser abundantemente repetido.



Luis Valente de Oliveira - Ministro do Planeamento e da Administração do Território

"...tenho de reconhecer o trabalho que a AAP tem desenvolvido..."

Como secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, tenho de reconhecer o trabalho que a Associação dos Arquitectos Portugueses tem desenvolvido no sentido de um melhor ordenamento do território; quer pelos projectos em si, que proporcionam uma melhoria de qualidade da paisagem e do meio urbano, quer pela acção de apoio técnico que vem exer-



cendo junto das autarquias, a Associação dos Arquitectos Portugueses tem desempenhado um papel importante na prossecução dos objectivos definidos por esta Secretaria de Estado.

Por esse facto, não posso, naturalmente, deixar de apoiar a Associação dos Arquitectos na institucionalização da sua nova sede, tanto mais que a recuperação do edifício dos Banhos de S. Paulo constitui uma acção de reabilitação urbana que vai enriquecer a cidade de Lisboa, pela preservação e salvaguarda do seu património constituído. Faço votos de que as novas instalações possibilitem à Associação dos Arquitectos Portugueses o enquadramento adequado para a continuação da qualidade do trabalho que a tem caracterizado.

José Nunes Liberato - Sec. Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território

"...Pedra a pedra nasce um edifício..."

Os jovens constituem um enorme potencial de energia, capacidade e força de vontade e são, neste sentido, os principais impulsionadores no processo de modernização e mudança de mentalidades. Pedra a pedra nasce um edifício. Para uma obra de arte falta-lhe a criatividade e a imaginação.

Aos Arquitectos e, em especial, aos jovens Arquitectos, cabe um papel determinante na interacção entre a ciência do espaço físico e a arte dos sentidos. A promoção da inserção profissional dos jovens e o apoio ao associativismo juvenil são duas grandes prioridades do Programa do XI Governo Constitucional na área da Juventude.

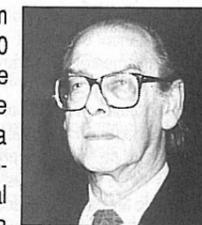
Neste sentido, o apoio prestado pela Secretaria de Estado da Juventude à recuperação dos "Banhos de S. Paulo" - sede da Associação dos Arquitectos Portugueses - pretende ser um contributo para o reforço

do espírito associativo e sucesso profissional dos jovens Arquitectos, actuando como um elemento que motive e incentive a melhor construírem o presente.

Miguel Macedo - Secretário de Estado da Juventude

"...as relações não se perderão,..."

No mesmo ano em que passam 90 anos, exactamente a um dia de distância, sobre a fundação da Sociedade Nacional de Belas Artes, a



AAP apresenta a público o resultado do Concurso de Arquitectura para a sua nova sede. Não posso na qualidade de Director da primeira deixar de registar, nesta oportunidade, a coincidência, lembrando que desde sempre, Arquitectos, Pintores e Escultores (além de muita outra gente a quem a Arte interessa) ali viveram juntos, à Barata Salgueiro, no Palácio das Belas Artes. No decorrer dos anos muitas responsabilidades conjuntas tomaram os Arquitectos e os outros artistas, responsabilidades que lhes não diziam só respeito, a uns e a outros, mas ao País, a uma cultura e a uma ética que ali foram, durante anos, pensadas e praticadas, com dificuldades, mas generosas e o mais livre que então se pôde e se soube ser. Nomes ilustres de Arquitectos presidiram não poucas vezes aos destinos e acção da SNBA, como se sabe e deve ser, nesta ocasião, lembrado. No momento de uma inadiável separação de lugares - que só no espaço se deseja e que razões de espaço motivaram - as relações não se perderão, tenho a certeza. Não seríamos apenas nós a perder Pintores, Escultores e Arquitectos, os Artistas, num só nome. Perderia o País, e disso nunca viria a recuperar.

Fernando de Azevedo - Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes

O Cambão

Na linguagem comum o cambão é uma ofensa às regras da concorrência. Baseia-se na coligação entre os concorrentes, de modo a artificialmente fazerem subir o preço de determinado bem, ou a garantirem o acesso (com exclusão de outros) a determinado contrato, ou a diminuir as condições quantitativas ou qualitativas, de determinada prestação de serviços.

O cambão é prejudicial para quem compra: compra mais caro, ou pior serviço. O cambão é prejudicial para os que querem vender mas estão fora do cambão. Na nossa profissão existe a prática do cambão, na medida directamente proporcional à desregulação e desregulamentação (simplificando: liberalização) da actividade.

Expliquemo-nos.

Se as actividades do domínio da Arquitectura (e do Urbanismo) fossem reguladas por lei, definindo-se com clareza o âmbito dos serviços prestados, das condições da sua prestação e da sua remuneração, todos concorreriam, mas prestando o mesmo serviço (quantitativamente) e cobrando os mesmos honorários.

A concorrência, neste caso, só se poderia basear nas variações qualitativas do serviço prestado entre os vários concorrentes.

No caso do Mercado da Encomenda

Pública de Projectos de Arquitectura, e em teoria, isto passa-se assim. A portaria de 7 de Fevereiro de 72 (vulgo tabelas MOP) define a natureza do serviço, as condições da sua prestação e a sua remuneração. Todos fazendo o mesmo e recebendo o mesmo, não poderia haver concorrência desleal. Mas pode.

Aplicado este princípio com coerência (e se o fosse com coerência já o mesmo teria sido desdobrado para o Urbanismo) ao Estado, como encomendador, restaria definir (regulamentar) como se estabeleceriam as regras de uma "concorrência qualitativa".

Isto é: como apreciar relativamente os concorrentes? Duas soluções apenas se oferecem, correspondendo a primeira à que nas condições actuais maioritariamente é praticada:

- Apreciar a qualidade relativa das equipas, através dos currículos, das condições técnicas e empresariais da sua organização (é o concurso "curricular-metodológico")

- Apreciar a qualidade relativa das soluções propostas para o problema envolvido na prestação de serviços requerida (é o concurso "de soluções", seja de ideias seja de projectos).

Infelizmente nem no Estado (e nem para a Arquitectura) se segue o princípio de aplicar a regulamentação com coerência (já que amiúde se ressalva para o concurso de preços, na ilegalidade mais gritante). Quanto mais para o Urbanismo. Quanto mais para a encomenda que não é do Estado.

Mas se é evidente que quanto mais há concorrência de preços mais há tendência para o cambão, esta tendência também é reforçada em função inversa do grau de abertura do mercado. Isto é, quando o concurso é limitado a um número restrito de concorrentes, é mais frequente o cambão do que quando o concurso é público.

Se nos concentrarmos naquilo a que chamámos "concorrência qualitativa" (onde o factor preço não é elemento de avaliação) podemos ainda perguntar qual o tipo de cambão que aí é possível.

- Se o Concurso é "curricular-metodológico" o cambão só é possível pelo entrecruzamento das equipas concorrentes como está inerente na própria forma do concurso: é um cambão entre os "curriculados" contra os "não-curriculados".

- Se o Concurso é "de soluções" mas limitado, o cambão ainda aqui é possível, pelo abaixamento propositado do nível de uma prestação (destinada só a receber eventual prémio de participação ou a fazer realçar o desenvolvimento e qualidade de outra proposta). Mas é na concorrência "para ser convidado" que verdadeiramente se faz o cambão.

- Se o Concurso é Público e de Soluções as hipóteses de Cambão são menores. Talvez quereria dizer que, analisando o problema do ponto de vista de quem adquire



A

S

S

C

A

V

O

N

A

S

S

O

N

A

os serviços de Arquitectura, que a melhor solução para evitar o cambão, seria o Concurso Público de Soluções (ou, em alternativa, com o mesmo efeito, a encomenda directa).

Porque é que não é o Concurso Público de Soluções a modalidade base da encomenda?

- Porque as entidades pensam que é caro.

- Porque as entidades pensam que é moroso.

- Porque algumas entidades por vezes sabem quem querem contratar (mas, forçadas pela legislação, a contragosto não podem adjudicar directamente)...mas também;

- Porque os Concursos são caros para os arquitectos, - porque os Concursos são morosos para os arquitectos,

- porque os Concursos são arriscados para os arquitectos.

Ficamo-nos portanto, realisticamente em aceitar por boas algumas ideias base do nosso raciocínio:

- O cambão na nossa actividade prejudica a profissão como colectivo,

- o cambão é mais frequente nos Concursos de preços,

- o cambão é mais frequente nos Concursos limitados,

- nem toda (ou pouca) da nossa actividade está livre da concorrência de preços.

- Nem toda (ou pouca) da nossa actividade pode, ou deve, ser concorrenciada através de Concursos Públicos de Soluções... (mas é desejável que uma parte significativa o seja, a bem da igualdade de oportunidades).

Chegaríamos no final à conclusão que o cambão é inevitável?

Sim, na estrita lógica do mercado. Não, se a Arquitectura for entendida, para além do seu vector empresarial, como outra coisa, regida por outros valores (também). É uma das razões que levam uma profissão a ter um Código de Conduta.

O cambão "corporativo"

Ficaria ainda lugar para outra forma de cambão.

Se conquistado que fosse pelos arquitectos todo o mercado (como em Espanha, toda a Arquitectura feita por Arquitectos), e se a profissão, no seu conjunto se regulamentasse por forma a diminuir as condições do serviço prestado ou a aumentar a sua remuneração, não estaríamos perante um cambão de toda a profissão face à sociedade que dela precisa?

Estariamos. Mas a julgar pelos outros países e profissões em que o monopólio existe, tal não é provável. O Estado o que poderia fazer nessa eventualidade pouco provável?

- Retirar o monopólio à profissão,

- retirar a capacidade de auto-regulação,

- entrar em concorrência criando serviços públicos. O que quer dizer que o cambão por monopólio além de improvável, não é preocupante.

Como conclusão, dir-se-á que a nossa profissão, forçada a concorrer com não-profissionais no exercício da nossa actividade, forçada a concorrer com base nos preços, ainda precisa de uma boa medida de regulamentação. A bem dos arquitectos e a bem daqueles que deles precisam.

Pedro Brandão, Arq^{te}

Encontro "Arquitectura e conflito": conclusões

Publicamos neste número as conclusões do encontro "Arquitectura e conflito", organizado pela AAP/SRC, que teve lugar na FIL, nos dias 4 e 5 de Abril e cujo programa o J.A. oportunamente divulgou.

1.1 LICENCIAMENTO

1) O Licenciamento deve ser um procedimento essencialmente de domínio urbanístico na esfera do Direito Público.

2) Os procedimentos do Licenciamento devem ser relacionados com as figuras de planeamento urbanístico em vigor, sendo positiva a instituição da declaração prévia de viabilidade, a não verificação regular dos projectos em alguns casos e o estabelecimento de prazos tanto mais curtos quanto mais formalizado estiver o ordenamento urbanístico do território.

3) A qualidade da construção, o cumprimento das normativas técnicas, a certificação de qualidade, são objectivos que só podem ser aferidos globalmente e no final da Construção, pelo que devem ser relacionados com a recepção da obra, sendo até lá das responsabilidades dos autores.

4) É inadmissível e impraticável a verificação de habilitações dos autores pelas Câmaras. A própria obrigatoriedade de inscrição nas Câmaras é contraditória com as competências atribuídas à AAP. Em seu lugar deve ser instituída a obrigatoriedade credenciação pela AAP, projecto a projecto, associada à garantia desta pelo pagamento de eventuais multas, pela realização dos seguros de responsabilidade e pelo registo de autoria.

5) A institucionalização de um regime de responsabilidades e seguros, sendo urgente, deve ser realizado em diploma próprio, estudado por concertação entre o Governo, a Associação Nacional dos Municípios, as Associações Públicas Profissionais, as Associações de Construtores e da Actividade Seguradora.

6) Necessidade de institucionalização da ficha de autoria do livro de obra, da certificação (pelo autor) da conformidade projecto / obra e da participação do autor na vistoria de recepção da obra.

7) A necessidade de maior exigência tanto na constituição do projecto como no processo de recepção da obra.

8) No âmbito da AAP a necessidade de aprofundamento do debate nomeadamente na relação das questões do licenciamento com as questões das carreiras na Administração - remuneração, carreira, responsabilidades, direitos de autor, acesso a lugares de chefia, etc.

1.2 - RESPONSABILIDADES

A desactualização do quadro das responsabilidades de Construção em Portugal, em relação aos padrões modernos vigentes na Comunidade Europeia, torna difícil, mesmo brutal, a nova adaptação às Directivas Comunitárias que estão em preparação, se o Governo



não actuar de imediato e com realismo. Portugal deve pois adoptar rapidamente um regime de responsabilidades e criar condições para a sua cobertura por seguros, dando um passo no sentido da aproximação dos sistemas de garantias da qualidade da construção, salvaguardando a viabilidade de tais alterações, atendendo à fragilidade das nossas estruturas produtivas. Assim:

1 - É essencial o estabelecimento de um regime de repartição, transferência e cadeia de responsabilidades entre as diferentes esferas de competências e ainda que esteja preparado um regime de garantias e de seguros.

2 - Alerta-se o Governo para o carácter inadequado da Directiva "Responsabilidade pela Prestação de Serviços" em preparação, que está a ser contestada unanimemente pelas Associações de Arquitectos da Europa e pelo Conselho Europeu de Arquitectos, pela sua extensão à Arquitectura sem respeitar o carácter específico desta actividade na esfera da qual:

- A responsabilidade não pode ser solidária com os outros intervenientes na construção, mas repartida.

- A responsabilidade não pode implicar que o ónus da prova recaia sobre o arquitecto, mas sim sobre o lesado.

- A responsabilidade não pode ter limites excessivos, nomeadamente superiores ao prazo limite a partir do qual os defeitos maiores da construção, já não se devem a erros mas ao natural processo de envelhecimento.

3 - Chama-se à atenção para a necessidade de criação de um regime de fiscalização obrigatória das obras pelos autores dos projectos, e da obrigatoriedade da certificação da conformidade projecto - obra feita pelo autor, como condições imprescindíveis para que o autor possa assumir responsabilidades superiores às actuais.

4 - No âmbito interno da AAP é recomendado o desenvolvimento de acções de estudo e divulgação, fazendo apelo à colaboração de colegas com experiência, nos seguintes âmbitos:

- Elaboração de um manual sobre a prática da Arquitectura definindo genericamente as funções e missões básicas do arquitecto, as formas de acordo arquitecto - cliente, as bases contratuais mínimas, as condições de relação cliente / arquitecto / construtor, normas de procedimentos e apresentação de projectos.

- Elaboração de um Caderno de Encargos-tipo essencialmente para as pequenas obras,

acompanhado de fichas técnicas.

- Criação de um serviço de provedoria aberto às reclamações dos particulares, seja contra actos dos arquitectos, seja contra actos dos poderes instituídos.

2.1 - AUTORIA

O cruzamento do Decreto-Lei nº 166 / 70, com o Código dos Direitos de Autor, deverá ter como consequência que os autores, ainda que possam ser substituídos (desde que com o cumprimento das disposições previstas no Código dos Direitos de Autor), possam garantir a integridade de cada fase do processo e a separação clara dos Direitos e Responsabilidades.

Para controle desta situação, a clarificação das funções de fiscalização da execução da obra é indispensável. Assim, é essencial a ultrapassagem da situação criada com a figura do "Responsável da Obra", figura que só existe em Portugal e que é da esfera de responsabilidades do construtor, com a instituição de procedimentos rigorosos de fiscalização e recepção da obra com participação obrigatória do autor.

O princípio a instituir, para que o autor possa assumir responsabilidades na fase seguinte (do uso) é a obrigatoriedade, para a concessão da licença de habitação, de declaração do autor do projecto confirmando estar a obra construída em conformidade com o projectado.

1 - A Arquitectura tem estatuto de autoria.

A titularidade da autoria cabe ao autor da concepção global e respectivo projecto.

2 - A necessidade de institucionalização da "ficha técnica de Autoria" para esclarecimento da história do projecto em termos de autoria.

3 - O direito moral é a base de partida: é irrecusável, intransmissível e imprescritível.

Assim, a necessidade de aferir os Direitos de Autor à especificidade da Arquitectura, passa, primeiro que tudo, por assegurar a genuidade e integridade da obra, nomeadamente pela conformidade da obra com o projecto.

4 - No âmbito da acção da AAP, chama-se a atenção para a necessidade de maior conhecimento pelos arquitectos das regras da autoria e sua dimensão ética.

2.2 - CONCORRÊNCIA

1 - A concorrência com base nos preços abaixo de mínimos, causa perturbação no relacionamento entre arquitectos e não satisfaz os parâmetros de qualidade necessários à avaliação da Arquitectura.

2 - A concorrência não pode ser tipificada por um único modelo.

3 - As tabelas de honorários não podem ser totalmente normativas, pelo que devem ser estudadas tabelas referenciais, diversificadas e exigenciais.

4 - Necessidade de estabelecimento de regras para a constituição e exercício das actividades da Arquitectura e Urbanismo por empresas.

5 - A AAP deve intervir no processo da encomenda, através:

- da produção de documentos enquadradores da Concorrência,

- da produção de normativas quanto aos procedimentos,

- da participação de contratos,

- da garantia da igualdade de oportunidades.



"A evolução da arquitectura portuguesa é marcada pela condição de cruzamento de culturas e pautada pela alternância ou simultaneidade de estrangeiros nacionalizados e nacionais estrangeirados." Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Sérgio Fernandez.

A cultura abrange diversos campos de visão. A natureza das coisas pode não ser o que se nos apresenta, mas esconder-se atrás de uma "cortina de fumo" ou em subterfúgios de outra (ir)racionalidade. "A arte deve sair por completo dos limites do humano, pois a inteligência normal e a lógica prejudicam-na", Giorgio de Chirico.

O conflito obra/criada gera-se, tendo este último uma acção mais decisiva quanto menor for a estratégia da acção da conceptualização ética e/ou estética. O

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS PORTUGUESAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES, nºs 5278 a 5282

BOLETINS MUNICIPAIS: Oeiras, nº 144; - Sesimbra, nº 13 / 14

CASA & DECORAÇÃO, nº 66

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, nº 104

INGENIUM: Revista da Ordem dos Engenheiros, nº 47 (Conservação do património histórico edificado).

MACAU, nº 32

PODER LOCAL, nº 101

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ESTRANGEIRAS

ARCHITECTURAL DESIGN (Londres), nº 7/8 (International symposium at the Tate Gallery. The second annual architecture forum. Richard Meier, Charles Jencks, Daniel Libeskind).

ARCHITECTS' JOURNAL (Londres)

nº 7 - News: Education appeal dropped, government favours new villages.

Buildings: Notre Dame du Raincy e reinforced concrete masterpiece.

nº 8 - News: Kuwait deal in pipeline. Feature: church building renaissance in Northern Ireland. Buildings: Quayside Courthouse.

nº 9 - News: Prison guidelines out. Feature: Poland's new dilemma. Building: designing for fossils. Practice: setting up in Spain.

nº 10 - News: Palumbo pulls it off. CZECHOSLOVAKIA special issue. The sleeping giant of Modernism re-enters the international arena.

ARCH & LIFE (Bruxelas), nº 40

ARCHITECTURE TODAY (Londres), nº 16 (Projects in France, Germany, Spain, Netherlands,

homem marca a sua presença num lugar determinado, e em arquitectura, para ele próprio e para os seus semelhantes.

Ao cairmos numa falta de elaboração, impossibilita-nos uma "visão ao espelho" onde nos possamos reconhecer, e não envergonhar, senão mais se identificarão com reflexos, luxuosos ou não, de coisas que não conseguimos, ou não soubemos controlar de modo a encontrarmos-nos.

"A vida é um movimento que corre atrás da sua forma" Albert Camus

O Mundo contemporâneo vive da imagem, da (super) visão retina / cérebro, das fotografias que a nossa mente tira diariamente, hora a hora, minuto a minuto. Vivemos num mundo conotado, em que as ideias não são escolhidas voluntariamente, mas determinadas e seleccionadas pelo inconsciente. Aqui, o maior significado formal / estético do arquitecto é determinado pelo sonho-entendido este como memória, busca, ideia; pelos momentos (travellings) no mesmo, e por fim pela concretização do dito sonho. Substituímos a dor pelo prazer, rimo-nos com o belo, apreciamos mais o nosso interior em detrimento de habitá-lo. Anos 80 / Novíssimos / Anos 70 /...

O sonho subsiste, estrutura-se na, ainda, intersecção da tradição/cultura internacional com os seus amores

Works of Richard Meier, Kenneth Frampton).

BAU: Revista de Arquitectura (Valladolid)

nº 1 - (Centro provincial de Telefónica de Cuenca. Reabilitación del Palacio de los Condes de Benavente. Puente de Navarra en Tolosa. Viviendas en Vergara. Miguel Fisac, obras y proyectos. Colegio apostólico PP Dominicos).

nº 2 - (Pabellón de Espanha na Exposición Universal Sevilla 1992. Obras de Mies van der Rohe, Helmut Jahn, Holabird and Root, Juan Navarro Baldeweg). nº especial - (Concurso de ideias para la construcción del Pabellon de Castilla y Leon en La Expo 92).

CASABELLA: Rivista International di Architettura (Milão) - nº 575 / 576 (The design of the italian Landscape).

D'ARCHITECTURES: Le Magazine Professionnel de la Creation Architecturale (Paris)

nº 13 (Un jour avec PLI architecture. Nouvelle école d'architecture a Rennes. Habiter Le Corbu a Marseille. Macau horizon 1999)

DER ARCHITEKT (Estugarda), nº 2

RIBA JOURNAL: Journal of the British Institute of Architects (Londres), nº 3

URBANISMES ET ARCHITECTURE (Paris) nº 245 (Carrefours. Dossier: ceux qui font la ville)

URBANISMO (Madrid) nº 11 (las nuevas áreas industriales).

MONOGRAFIAS

FERNANDES, Manuel Correia
ESBAP, arquitectura anos 60 e 70; apontamentos, Porto, FAUP, 1988 (cota 2799).FERNANDEZ, Sergio
Percurso da arquitectura portuguesa 1930 / 1974, Porto, FAUP, 1988 (cota 2801).

(de certo modo) já testados/atitude perante o território, o espírito do lugar.

A dualidade Modernista / Maneirista mantém o confronto de linguagens: as formas puras conjugadas, o uso de rebocos afagados e lisos com acabamentos monocromáticos, tons branco e pastel, afirmando um discurso mais eclético versus uma utilização de novos vocabulários mais simbólicos, a indiferenciação formal, uma utilização de novos materiais, por vezes exageradamente, a leitura iconográfica.

A concretização em obra é a materialização final, reflectindo, como o espelho, as várias etapas do sonho, a conjugação de todos os ingredientes, e permanecendo como traço que não se apaga, e que resiste.

"Uma obra de arte está sempre presente. O presente é o futuro do passado, não o passado do futuro", Ad. Reinhardt

Recal-se na tentativa de evitar as "etiquetas" (já) demasiado classificativas / titulares e apreciar / ler o leque de 16 obras em termos quantitativos / estéticos relevantes hoje.

É os anos 90. To be continued

Vitor Carreira Araújo

FERRÃO, Bernardo José

Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758 / 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina, Porto, FAUP, 1989 (cota 2800).

FILGUEIRAS, Octávio Lixa

Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada, Porto, FAUP (cota 2797).

FORSSMAN, Erik

Dórico, jónico e coríntio: na arquitectura dos séculos XVI-XVIII, Lisboa, Presença, 1990 (cota 2796).

GAGO, Maria Amélia Corrêa

Aspectos da contribuição sociológica do LNEC no domínio do planeamento municipal, Lisboa, LNEC, 1990 (cota 2792).

GUERRA, José Luiz Sainz

La génesis de la plaza en Castilla durante la Edad Media, Valladolid, COAV, 1990 (cota 2804).

PEDROSO, Vitor Manuel Ramos

Regras de cálculo de instalações de distribuição de águas residuais e drenagem de águas pluviais, Lisboa, LNEC, 1990 (cota 2788).

RAMALHO, Pedro

Itinerário, Porto, FAUP, 1989 (cota 2802).

ROCHA, Adélia C.P.F.

Materiais de construção, Lisboa, LNEC, 1990 (cota 2791).

TAVARES, Domingos

Da rua formosa à firmeza, Porto, FAUP, 1985 (cota 2798).

Movimento da Biblioteca AAP/SRS

Mês de Março 1991

Organizado por Ana Isabel Ribeiro e Fátima Coelho

Novos Associados AAP

Eles aí estão. Canudos novinhos em folha, reluzentes e, como é de lei, contendo mal a ambição das suas contribuições inovadoras.

São os novos associados, aos quais o "JA" dá as boas vindas desta forma modesta mas útil - publicando preto no branco, para que conste, os seus dados pessoais. Boa sorte.

DISTRITO DE LISBOA

Alexandra Sofia de Melo Correa
Mendes Leandro

R. D. Francisco Manuel de Melo, 12 - 6º Dtº
1000 LISBOA

Marcelo Ivo Anibal Coelho Pereira Galego

Pc. Pasteur, 7 - 4º Esqº
1000 LISBOA

Valeria de Assis Machado

Av. Sacadura Cabral, 28 - 6º Dtº.
1000 LISBOA

Gonçalo de Moura Relvas Pereira Forjaz

R. Gonçalves Crespo, 25 - 4º
1100 LISBOA

Telmo Pissara de Abreu da Cruz

R. Eduardo Coelho, 46 - r/c Dtº
1200 LISBOA

Andreia Maria Bianchi Aires de Carvalho Galvão

R. Alexandre de Pinto, 113 - 1º
1300 LISBOA

José António Ramos Rego

Trav. do Livramento, 4 - r/c
1300 LISBOA

Ricardo Bak Gordon

R. Tristão Vaz, 5 - 2º Esqº
1400 LISBOA

João Manuel Palma Pato

Av. António Augusto de Aguiar, 11 - 5º Dtº
1000 LISBOA

Paula Maria de Figueiredo Girão Marques

Pc. Pasteur, 11 - 2º Dtº
1000 LISBOA

Augusto José Fidalgo da Silva

R. Heróis de Quionga, 608 - 4º Dtº
1100 LISBOA

João Gabriel Gouveia da Veiga Gomes

R. da Imprensa à Estrela, 21 - 2º
1200 LISBOA

Vasco Miguel Marques da Silva Lopes

R. Eduardo Coelho, 46 - r/c Dtº
1200 LISBOA

Eduardo Maria Lagoa Ribeiro de Almeida

Largo do Rio Seco, 1/L - 4º Esqº
1300 LISBOA

Maria Luisa Alves de Paiva

R. Tristão Vaz, 37 - r/c Dtº
1400 LISBOA

Bernardo Vieira da Rosa da Silva Pinto

Av. das Tulipas, lote 10 - 6º Esqº
(Miraflores)
1495 LISBOA

Helena Sofia Teixeira de Andrade

R. Margarida Palla, 25 - 7º Dtº
1495 LISBOA

Leonor Soares da Costa Picão de Abreu

R. Dr. João Couto, 15 - 2º Esqº
1500 LISBOA

Sofia Alves de Moura Carvalho

R. António Saúde, 4 - 6º E
1500 LISBOA

Luís Filipe Guerreiro da Costa e Sousa

R. Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 15 - 5º Esqº
1600 LISBOA

José Miguel Liberato de Vargas Bulcão

Qtº do Lambert, lote 9 - 5º A
1700 LISBOA

Maria Neuparth de Sottomayor

Viana Machado
R. Francisco Duarte Pedroso,
Edifício Varandas Algés, bl. C - 2º Esqº
1495 LISBOA

Maria de Fátima Silva

Largo Conde de Ottonli, 1 - 1º Dtº
1500 LISBOA

José Pedro de Magalhães e Meneses

Croft de Moura
R. Prof. Virginia Rau, 4 - 5º Esqº
1600 LISBOA

João Paulo Camacho Gomes

R. Alexandre Ferreira, 25 - 5º Esqº
1700 LISBOA

Maria Madalena Sousa Lopes Dias Costa

Estrada da Torre, 73 - Letra E
1700 LISBOA

Ivete Adelaide Monteiro Bernardes

Urb. do Barruncho, lote 4 - 7º B
2675 ODIVELAS

Ana Paula Filipe Tomé

R. Luís de Camões, 13 - 1º Esqº
2700 AMADORA

Maria de Fátima Rodrigues

R. José António do Carmo, 27 - 3º Esqº
2685 SACAVÉM

Helder Pedro Rebelo Domingues

Áv. D. Luís I, 117 - r/c Esqº
2700 AMADORA

Maria João Pinto Coelho

Av. Ruy Luís Gomes, lote 136 - 8º Dtº
2700 AMADORA

Cristina Maria Nobre Jorge Arroz

R. da Juventude, lote 8 - 2º D (Tercena)
2745 QUELUZ

Cristina Palmeira Ripper

2ª fase Urb. Pimenta e Rendel, lote 196 - 5º A
2745 QUELUZ

Maria do Rosário Machado Venâncio

Casa Figueirinha
Charneca
2750 CASCAIS

Carlos Manuel Costa

Qtº de S. Miguel das Encostas, lote 64 - 6º Dtº
2775 PAREDE

Cláudia Margarida Neto Tavares e Castro

Qtº Alagoa de Baixo, lote 40 - 4º Dtº
2775 PAREDE

Isabel Maria Figueira Jardim

R. de Lisboa, 122 - 1º Dtº
2775 PAREDE

Maria Teresa dos Santos Ribeiro de Abranches
de Sousa Mendes

R. Sarmento Beires, lote 4 - 2º Esqº
2775 PAREDE

Paulo Sérgio Oliveira de Morais

R. Dr. Manuel de Arriaga, lote 29 - 1º E
2775 PAREDE

Sandra Maria de Oliveira Morais

R. Dr. Manuel de Arriaga, lote 29 - 1º E
2775 PAREDE

Nuno José dos Santos Frago da Silva

R. Pedro Nunes, 4 - 3º A
2795 LINDA-A-VELHA

Soraya de Fátima Mira Godinho Monteiro

Av. Carolina Micaellis, 1 - 1º Esqº
2795 LINDA-A-VELHA

DISTRITO DE SETÚBAL

Paulo Fernando Duarte Meneses Rodrigues

Qtº Pé Leve, 43
2840 SEIXAL

Maria de Fátima Vieira Alves

R. Piloto Nascimento Costa, 11 - 3º Esqº
2880 BARREIRO

DISTRITO DE AVEIRO

António Sérgio Pinto Azevedo

R. Nova do Alquebe
Qtº do Picado
3800 AVEIRO

José Eduardo da Silva Rebelo

R. D. João Lima Vidal, 71
3800 AVEIRO

Resposta ao RCCTE

Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios

Do Diálogo Inexistente à Iniciativa Necessária

Fausto Simões, arquitecto, (Orbis)

O RCCTE entrou em vigor, tornando-se obrigatório o seu cumprimento, em 1 de Janeiro deste ano.

O RCCTE visa, segundo tem vindo a ser divulgado pelos seus autores, três objectivos assim escalonados:

- melhorar o conforto térmico dos edifícios
- melhorar a qualidade da construção, prevenindo as condensações
- economizar energia

1. O Diálogo Inexistente

Em matérias de conforto e de física ambiental na Arquitectura, o diálogo entre a arte e a ciência é praticamente inexistente. Arrisco mesmo afirmar que esta falta de diálogo é extensiva a outras matérias e que esta situação não se verifica apenas em Portugal.

Tenha-se em atenção, por exemplo, o que se passa com projectos de edifícios, em que o arquitecto remete para fases superiores e para os sistemas de AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado) a resolução de problemas de conforto, bem como a dificuldade que têm os engenheiros mecânicos em dialogar com os arquitectos, no início do projecto, devido à rigidez dos métodos clássicos de cálculo.

E, no entanto, este diálogo é cada vez mais necessário, dado que a tecnologia invade a nossa vida quotidiana e é cada vez mais omnipresente no espaço edificado, com os efeitos negativos que se conhecem, provenientes da sua inconsiderada utilização.

As cidades em que vivemos, com as suas virtudes e vícios, seriam inconcebíveis sem os carros, os elevadores, o ferro e o betão armado, a electricidade e também as instalações de AVAC que absorvem uma parcela crescente e já significativa dos custos, nos edifícios dos centros urbanos.

2. Uma lança em África

É neste capítulo de falta de diálogo entre a arte e a ciência que surge agora o RCCTE, como uma lança em África: o "jovem" rebento da física que trata das trocas de calor penetra a fundo no corpo da arquitectura, graças à investigação dos últimos quinze anos e ao progresso da informática.

Os engenheiros mecânicos tomaram assim a iniciativa de avançar sobre a arquitectura face à passividade dos arquitectos. O RCCTE vem facilitar, assim, a introdução de um novo especialista no projecto de edifícios: o analista térmico.

Abre-se assim um novo mercado ao engenheiro mecânico que certamente se justifica dada a crescente complexificação tecnológica dos edifícios, mas cuja introdução, mais discutível nos projectos mais simples será também favorecida pelo alheamento dos arquitectos, isolados num formalismo visualista.

Em consequência desta falta de diálogo e da sua especialização o RCCTE tem a meu ver, algumas limitações que merecem ser desde já salientadas:

- **A sua linguagem especializada e estranha aos arquitectos** que não possuem na matéria a conveniente habilitação curricular. Os arquitectos não a entendem, o que é agravado pelas gralhas, omissões, excessos e remissões que o regulamento tem, dentro de uma ordem que não é imediatamente perceptível.

A interpretação do regulamento poderá vir a tornar-se mais difícil, com as revisões que vierem a ser feitas no sentido de se encontrar um melhor equilíbrio entre o rigor de um índice nominal e uma pretendida generalidade, cobrindo a diversidade dos casos práticos correntes.

- **A sua utilidade para o projectista é prejudicada pela "opacidade"** que parece ser intrínseca dos métodos simplificados de avaliação do comportamento térmico dos edifícios.

Sem dúvida que a simplificação facilita a sua aplicação automática, mas exige para a sua utilização consciente, a que o torna mais útil ao projectista, um nível de conhecimentos que o utilizador a quem se dirige, em princípio não tem.

É este o drama dos métodos simplificados de avaliação: são fáceis de aplicar mas difíceis de compreender no seu condensado analítico...e as suas capacidades de avaliação são muito limitadas.

Não são, a meu ver, os que mais interessam aos arquitectos. Os mais interessantes são os métodos mais holísticos e interactivos com o desenho de edifícios quer na fase de avaliação quer na fase criativa antecedente e fundamental.

Assumindo as limitações do regulamento, os arquitectos iniciados em matérias de conforto térmico e de física ambiental precisam de saber até que ponto poderão confiar nele, para o usarem com convicção na fase de avaliação do projecto: ou seja, qual o grau de fiabilidade do regulamento como método simplificado.

Concretizando: seria bom que os autores do regulamento dessem a conhecer, de forma facilmente compreensível, os resultados da validação do método que, decerto foi efectuado.

- **A sua linguagem é redutora.** Eu explico.

O regulamento propicia a redução do conforto térmico ao conforto fisiológico e deste a condições de conforto reduzidas a temperaturas estacionais interiores de referência.

Subestima-se assim, a complexidade higrótérmica do espaço edificado e a rica actividade cortical associada à sua experiência térmica: afeições e ideias em que cabe a própria noção de conforto.

Ele propicia uma confusão que esta simplificação anuncia, medindo o conforto indirectamente através de consumos nominais de energia auxiliar para o aquecimento e o arrefecimento dos edifícios, para se atingirem as tais temperaturas de referência. É aliás nestes termos que se poderá compreender que, um regulamento que se introduz centrado no conforto, se centre no seu articulado, no consumo de energia!

Reconhece-se, no entanto, que esta definição simplificada e indirecta do conforto térmico pode ser oportuna em Portugal hoje. As construções modernas, sem controlo de qualidade, quantas vezes mais quentes no Verão do que os edifícios tradicionais, justificam exigências primárias em nome de uma população pouco exigente por ora, mas que se admite tender para o ser mais no futuro.

Afigura-se do maior interesse conhecer melhor o "comportamento térmico" da população e a sua evolução face à importação cultural relacionada com a integração comunitária.

Receio que esta simplificação, compreensível à partida, possa vir a remeter o conforto para especialistas, subestimando-se a sua componente psicofisiológica e sobreestimando-se as suas implicações físicas e económicas.

Em consequência, o conforto seria retirado do âmbito da arquitectura, perante a generalizada indiferença ou insensibilidade dos arquitectos, isolados numa concepção euclidiana do espaço edificado.

O seu âmbito especializado limita-o aos edifícios fechados, excluindo não só os edifícios abertos ao contacto com o exterior, mas também os espaços urbanos exteriores.

Na óptica da sua especialização, o regulamento reconhece que as "instalações energéticas" e o edifício são complementares, mas exclui todo o espaço urbano que, não só enquadra os edifícios e portanto os condiciona de forma decisiva, mas também é em si um espaço habitado enquadrado por eles e, como tal, um mosaico microclimático, que deve oferecer condições de abrigo e conforto.

3. Uma espécie de IVA?

Vamos admitir que os arquitectos, os projectistas em geral se vão empenhar no cumprimento do regulamento.

Contribuirá ele, de facto, para se melhorar o conforto do espaço edificado e poupar energia a curto prazo, tendo em conta a aplicação dos seus índices de referência ao caso português.

Os seus autores, considerando decerto a amenidade do clima mas também receando talvez mexer muito no que entenderem ser prática corrente na construção civil, estabeleceram índices tão baixos que conheço casos em que o regulamento se virou contra o arquitecto, não lhe avalizando a parede dupla que preconizara no projecto. Sabe-se que ele apenas estabelece mínimos, mas haverá tendência para não ir além deles.

O que poderá ser frustrante para os projectistas, no entanto, é que o esforço dos mais empenhados no cumprimento do regulamento, não tenha sequer a compensação de resultados palpáveis.

Excluindo a prevenção de condensações, admite-se que os efeitos do regulamento a curto prazo, sejam praticamente nulos.

Atente-se nos resultados pouco significativos que regulamentos afins tiveram em países mais frios e mais exigentes do que o nosso, em comparação com os reflexos sensíveis da variação dos preços dos combustíveis.

Atente-se ainda, não só nas aproximações do modelo teórico mas também na falta do controlo de qualidade da construção e na utilização descuidada das caixilharias por uma população pouco exigente num clima permissivo, pouco penalizante, em padrões de uso corrente na habitação, conduzindo a situações que deverão afastar-se significativamente das condições teóricas que correspondem aos consumos nominais.

Os reflexos do regulamento só serão realmente sensíveis dentro de uma dinâmica de progresso em que as populações serão cada vez mais exigentes, seguindo um padrão cultural dominante, dominado ele próprio por uma concepção quantitativa de progresso.

Neste sentido, o regulamento poderá conter a crescente procura de energia-calor associada à satisfação de níveis cada vez mais elevados desse "conforto térmico", desviando despesas com equipamentos auxiliares e seus consumos, para envolventes mais isoladas e mais "passivas".

Há no entanto que prevenir os excessos a que pode conduzir esta lógica de progresso quantitativo, não isenta de contradição.

A lógica desse binómio energia-conforto está incisa na tentadora simplificação dum índice de consumo associado a uma temperatura de conforto. Nela reside a sua força mas também a sua fraqueza.

4. A "Iniciativa Necessária"

Entendo que a ciência, no caso vertente o conhecimento da experiência térmica do espaço edificado e do comportamento térmico dos edifícios e, conseqüentemente o uso de métodos fiáveis acessíveis e interactivos para a sua avaliação, são auxiliares preciosos de um projecto de arquitectura empenhado em melhorar o conforto das populações e minorar o seu impacte ambiental e socio-económico.

Neste sentido, a resposta dos arquitectos a este regulamento, não deverá circunscrever-se à sua aprendizagem, aceitando-o apenas como mais um condicionamento à sua criatividade e, muito menos, remete-lo e, com ele o conforto térmico e a física ambiental, para os especialistas.

Pelo contrário, a resposta do arquitecto a este regulamento deverá ser a ABERTURA DE UMA FRENTE DE DIÁLOGO entre a ARTE e a CIÊNCIA no contexto da ARQUITECTURA e a todos os níveis: da formação à prática projectual.

Assim, tendo em conta o estado actual da arte, deverá:

- Fazer funcionar, nas escolas de arquitectura, os dispositivos já existentes e decorrentes da sua integração na Universidade Técnica, propiciando-se a adequada formação e a investigação nas áreas do conforto térmico e da física ambiental, cuja assimilação implica uma apropriada reflexão metodológica face ao desafio que este diálogo põe.

São evidentes na prática profissional, as deficiências de formação relacionadas com a integração do conforto térmico e da física ambiental na arquitectura.

- Suprir, a curto prazo, a lacuna existente na preparação dos arquitectos já formados, em matérias de conforto térmico e de física ambiental.

Desenvolver, quando devidamente habilitado, processos de transferência de conhecimentos sobre conforto térmico e física ambiental, promovendo com a investigação científica e tecnológica, o ajustamento dos modelos ou códigos de desenho, a disponibilização de métodos de avaliação de comportamento térmico dos edifícios e a aplicação de novos materiais e tecnologias, a par de técnicas tradicionais apropriadas que têm sido menosprezadas.

- Chamar a si, no projecto, adquirida a habilitação necessária, o predimensionamento e a avaliação do comportamento térmico dos edifícios, remetendo para os especialistas a análise dos grandes edifícios, comandados pelas cargas térmicas interiores. Adoptar uma prática multidisciplinar desde o início do projecto, nos edifícios mais complexos comandados pela envolvente.

Note-se que as preocupações referidas em relação à térmica, poderão e deverão alargar-se a outras componentes ambientais, relacionadas com uma experiência sinestésica do espaço edificado e com o melhor aproveitamento dos recursos endógenos disponíveis.

Um Núcleo de Conforto e Física Ambiental na AAP, poderia contribuir para que, de forma concertada e conseqüente, se processasse o diálogo dos arquitectos com as escolas e a investigação e para que se supra a lacuna curricular dos arquitectos licenciados.

A sua acção dependerá, no entanto, do empenho de uma massa crítica de arquitectos nesse diálogo entre a arte e a ciência no contexto da arquitectura.

Nova organização interna do C.D.N.

Na perspectiva do reforço de autonomia e capacidade de resposta da Direcção Nacional da AAP que a "Construção da Associação Pública", lema do nosso programa eleitoral, implica, torna-se cada vez mais necessária uma melhor divisão de trabalho entre os vários membros do CDN, e a criação de organismos intermédios de ligação entre este e a classe que permitam uma participação desta mais activa e organizada, a qual certamente se irá reflectir, a prazo, numa resposta mais esclarecida e pronta às múltiplas solicitações de que a AAP é alvo.

Assim, propõe-se o seguinte:

- Manutenção do Secretariado Executivo do CDN nos termos da proposta aprovada em 21 de Maio de 1990, para o despacho dos assuntos correntes, reunindo no mínimo semanalmente;
- A realização de reuniões quinzenais do Secretariado Executivo alargadas aos responsáveis dos pelouros, destinadas principalmente à análise e decisão sobre matérias referentes à actividade dos pelouros (legislação, iniciativas, concursos, prática profissional, etc),
- Institucionalização definitiva dos Pelouros como forma fundamental de funcionamento do CDN, com atribuição de funções bem definidas dentro de cada área, e com considerável autonomia de decisão dentro dos critérios definidos nas reuniões plenárias do CDN;
- Cada Pelouro terá um único responsável, o qual deverá ser membro do CDN, embora se possa admitir em certas circunstâncias um processo de delegação de funções em elementos de outro órgão da AAP, o qual deverá nesse caso ser chamado a participar como observador nas reuniões do CDN sempre que assuntos do seu pelouro estiverem em causa;
- Cada Pelouro terá como estrutura de apoio ao seu trabalho um comité ou comissão consultiva (tipo CELA) a formar de entre os associados com maior competência e curriculum dentro da área respectiva, para o efeito oficialmente nomeados pelo CDN com mandato correspondente ao triénio.
- Todos os assuntos referentes à área de cada Pelouro deverão obrigatoriamente ser objecto de consulta prévia a este por forma a criar-se consensos que possam melhor fundamentar as decisões do CDN;

- Os Pelouros a instituir deverão ser os seguintes:

1) Legislação

- análise e pareceres acerca da legislação apresentada pelo Governo bem como propostas de projectos de lei a apresentar aos órgãos de soberania (resta saber se este Pelouro pode abranger toda a legislação referente a Arquitectura e Urbanismo ou só a referente a este último);

2) Prática profissional

- Todas as questões referentes à prática profissional, incluindo os concursos, tabelas, regulamentos, etc...

3) Relações Internacionais;

- Responsável pela política da AAP junto dos vários organismos internacionais: Comité Consultivo, C.A.E., U.I.A;

4) Ensino e desenvolvimento profissional;

- Relações privilegiadas com as escolas públicas e privadas no sentido de adaptar os cursos às necessidades da profissão e ao mesmo tempo às exigências da Directiva comunitária; organização de uma área de desenvolvimento e formação profissional com cursos a realizar na nova sede nas várias vertentes da profissão;

5) Cultura Arquitectónica

- Responsável pela promoção da cultura arquitectónica, quer no seio da classe, quer junto da opinião pública, através de organização de iniciativas como exposições, colóquios, debates e eventualmente através da imprensa escrita (R.A.);

6) Deontologia Profissional

- Responsável pela elaboração de normas e procedimentos comuns a toda a Associação, bem como de trabalho de acção de divulgação e promoção junto da classe.

O Secretariado Executivo do CDN

Distribuição de Pelouros C.D.N.

- Estabelecimentos dos seguintes Pelouros e respectivos responsáveis:

1. Legislação Urbanística e Património Arquitectónico - Arqtº Fernando Gonçalves
 2. Legislação sobre o Exercício da Profissão - Arqt. Olga Quintanilha
 3. Relações Internacionais - Arqtº Manuel Queiroz /Arq. Olga Quintanilha
 4. Formação e Ensino - Arqtº Manuel Correia Fernandes
 5. Iniciativas Culturais - Arqtº Michel Tous-saint
- Criação facultativa e à medida das necessidades de Comissões Consultivas previstas na proposta inicial.

Extracto do acordo - Processo nº 3/1990

Julgamento do arqtº Carlos Alberto Baptista Alves, associado nº 1214

Aos 14 dias do mês de Fevereiro reuniu o Conselho Directivo Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses, estando na Ordem de Trabalhos previamente distribuída, incluída a realização do Julgamento do arqtº Carlos Alberto Baptista Alves associado nº 1214, na sequência do processo disciplinar que lhe foi instaurado por este Conselho em 29 de Maio de 1990 (...)

2. Descrito e analisado o processo e as alegações da defesa concluiu-se por unanimidade:

2.1. Em face dos factos expostos e conhecidos, o Arguido infringiu o artigo 42º do Estatuto da AAP, Código Deontológico, onde se definem quais os deveres recíprocos dos Arquitectos nomeadamente da alínea b) por ter aceite trabalho de que outro arquitecto tinha sido encarregado e autor, sem ter esclarecido cabalmente os motivos da situação, e da alínea c) porque, ao ter sido chamado a interferir sobre projecto de outro arquitecto não ter estabelecido qualquer contacto com vista a esclarecer se a sua actuação feriria os interesses daquele no que diz respeito a direitos de autor.

2.2. O Arguido terá também infringido o Código do Direito de Autor no seu Capítulo VI, dos Direitos Morais, nomeadamente no seu artigo 59º porque "Não são admitidas modificações da obra sem o consentimento do autor,..." sendo reconhecido como criador da sua concepção global e respectivo projecto o autor da obra de Arquitectura., artigo 25º do referido Código. Esta infracção é susceptível de ser punida e porque se trata de uma violação do direito moral, o respectivo procedimento criminal em instância própria só depende de queixa do ofendido.

2.3. A defesa não apresentou testemunhas nem houve quaisquer incidentes no processo.

3. Em seguida o Presidente pôs à votação dos presentes se consideravam provadas as acusações formuladas, tendo sido deliberado unanimemente pela afirmativa e ainda que:

3.1. As circunstâncias em que os actos decorreram são desprestigiadas e ofendem a dignidade e reputação da profissão, pelo que são agravantes.

3.2. É atenuante a não existência de antecedentes disciplinares e ainda o facto de o Arguido ter reconhecido a infracção ao instituído nos Estatutos da AAP.

3.3. Devem ser alertados os Municípios para o teor do parecer do Dr. Luís Francisco Rebello publicado no Jornal Arquitectos nº 93.

4. Em seguida o Presidente pôs à votação dos presentes a proposta de pena de censura, registada ao abrigo dos Estatutos da AAP, artigo 48º 1 alínea b) tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

5. Por último, foi votado por unanimidade a publicação destas deliberações no Jornal Arquitectos, a sua participação ao Arguido, ao Queixoso e à Câmara Municipal de Portimão, e ainda o pagamento pelo Arguido das custas do processo, nos termos do Regulamento Disciplinar.

6. Das deliberações do Conselho foi lavrado o presente Acórdão que é assinado pelos presentes no julgamento.

O Presidente, Arqtº Pedro Brandão

O Vice-Presidente, Arqtº Vasco Massapina

A Secretária, Arqtª Ana Silva Dias

Os Vogais, Arqtº Luís Manuel Pereira, Arqtº

Manuel Lacerda, Arqtº Jorge Farello Pinto

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1991

A VENTILAÇÃO TÉRMICA "FÉRIA" também é Prémio Valmor!

Em Dezembro de 90 o Júri de Apreciação deliberou atribuir em Mérito Absoluto o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura a um conjunto urbano de 27 edifícios em Telheiras. Féria & Féria também contribuiu para a distinção. O sistema é nosso.



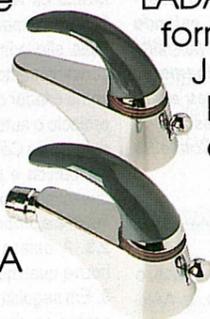
FÉRIA & FÉRIA, LDA. - Rua Dr. Gama Barros, 27-B • 1700 LISBOA • Telef.: 89 47 34 - 80 55 10 • Fax: 80 48 15

Image

Linha Completa de Sala de Banho.



Agora, já não é preciso construir uma Sala de Banho peça a peça. Unimo-nos para criar uma Sala de Banho completa. Aquilo que era um espaço em branco conta agora com a qualidade dos pavimentos CINCA



LADARES, que também fornece o mobiliário.

Juntámos a Funcionalidade ao Design.

e revestimentos CIC, das banheiras e torneiras OLIVA e das loiças e acessórios VA-

Combinámos a Estética e o Conforto. Conjugámos as linhas, as formas, as texturas e as cores.

Associámos a qualidade, o preço e a absoluta eficiência nos prazos de entrega. Por isso, tor-

námos a sua vida mais prática.

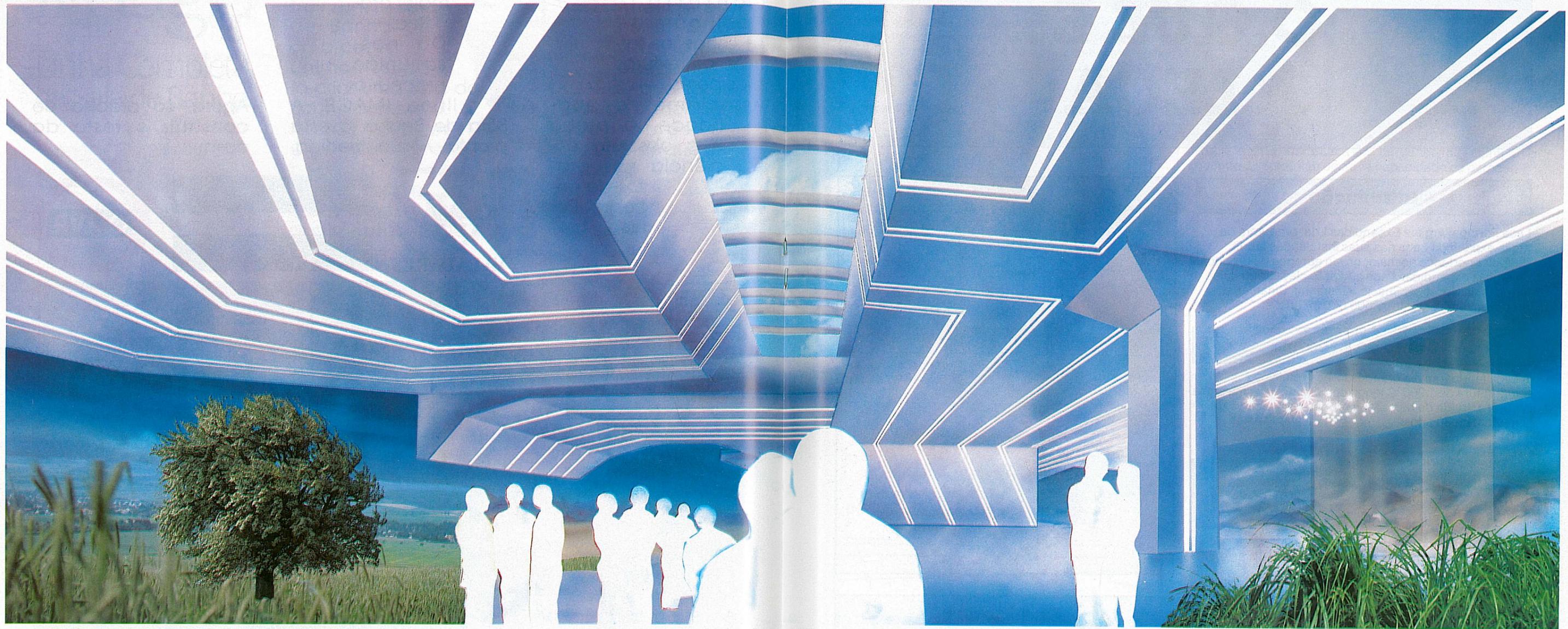
Da nossa união nasceu a linha IMAGE. A Sala de Banho já está pronta. À sua medida.

Agora, só precisa de construir o resto da casa.



A União Faz a Sala de Banho.





O desenvolvimento tecnológico dos novos sistemas de iluminação, garantem rendimentos luminosos particularmente elevados, superior conforto visual e acentuada economia de energia.

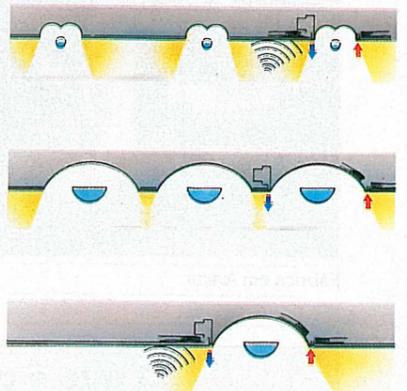


Sotécnica
SOCIIDADE ELECTROTÉCNICA, SA

Sistema Skylite

Dispositivos para lâmpadas fluorescentes com ópticas parabólicas de baixa luminância 200 cd/m² 50°, montagem encastrada ou saliente.

A versão designada por DARKLIGHT com um ângulo de 60°, permite iluminação com feixes directos e indirectos.



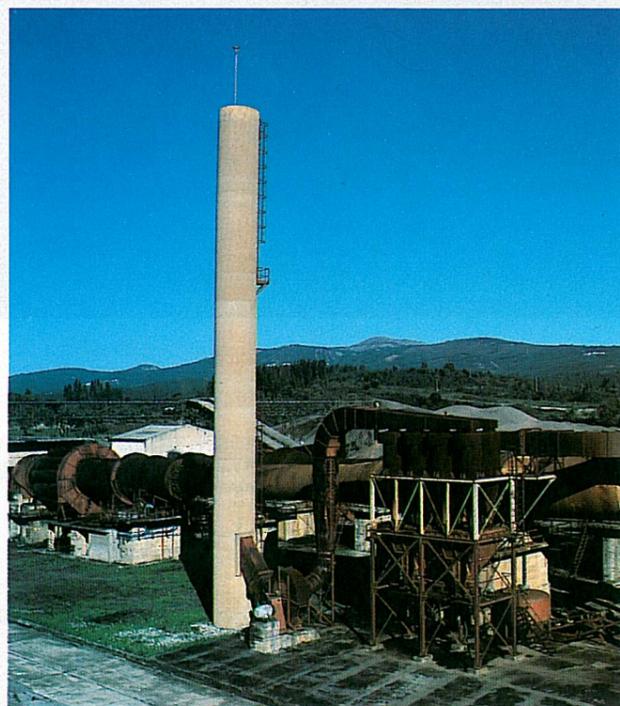
O QUE É A LECA

Introdução

Leca Portugal Argilas Expandidas Lda. produtora da argila expandida Leca nas suas instalações fabris de Avelar pertence ao maior grupo europeu de produção de argilas expandidas Leca a Aker Exclay Group cujas fábricas na Noruega, Suécia, Alemanha, Dinamarca, produzem em conjunto 17.000.000 m³ ano.

Como se produz

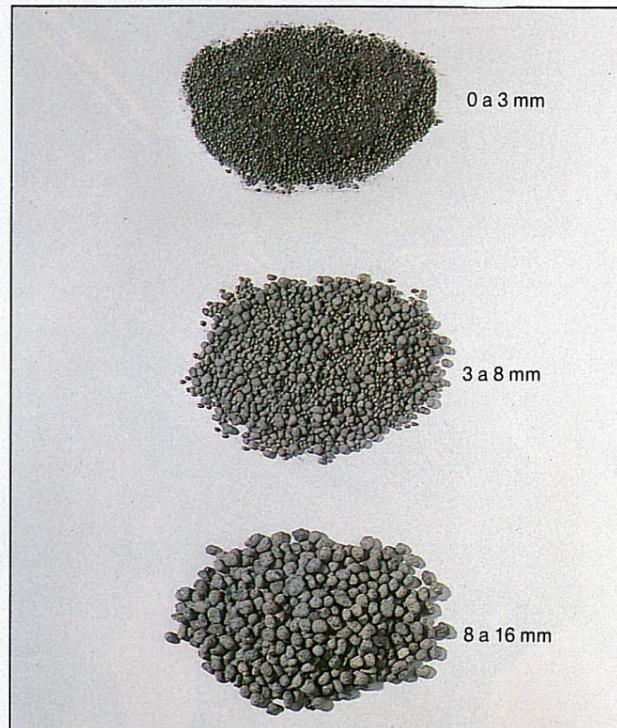
A Leca fabrica-se em grandes fornos rotativos à temperatura de 1.200°C tendo como matéria prima argila natural extraída de barreiras próprias com reservas superiores a 30 anos.



Fábrica em Avelar

O que é a Leca

A Leca é um agregado ligeiro de argila expandida em grânulos com uma estrutura interna celular e uma dura e resistente superfície externa. Os grânulos são de forma arredondada e isentos de materiais orgânicos, combustíveis ou poluentes.



Qualidades

Resistente à compressão
Isolante termico e acustico
Estabilidade dimensional e impermeabilidade
Inerte quimico e fisico
Facilidade de trabalho
Resistente ao fogo
Baixo peso especifico

Aplicações

Isolamentos
Esteiras – Terraços – Coberturas – Paredes duplas – Caixas de ar – Caves – Pisos térreos.

Enchimentos
Pavimentos – Casas de banho – Regularização de cotas.

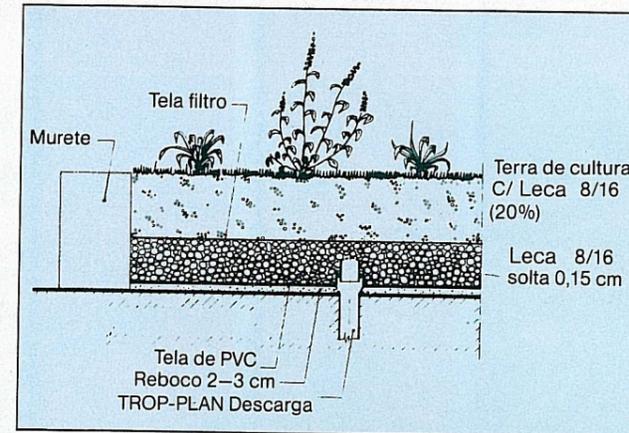
Pré-fabricados
Conduitas de fumos – Caixas de estores – Molduras de vãos.

Betões resistentes e estruturais
Ampliação de estruturas – Pontes para peões – Paineis fachada – Laminas de compressão.

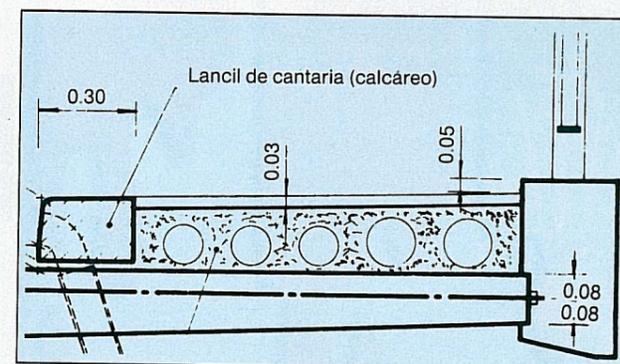
Leca jardim

A argila expandida Leca quando empregue em floreiras e terraços ajardinados tem a função de aligeiramento da sobrecarga da laje e floreira mas principalmente tem a função drenante, protectora de terras e reguladora de humidade.

Terraços ajardinados



Leca jardim factor de êxito na nova floricultura – jardinagem.



Pontes e estradas

A argila expandida Leca sendo um inerte químico e físico de baixa densidade tem um vasto campo de aplicação em tabuleiros de pontes e viadutos assim como em aterros ligeiros de estradas.

Enchimento de passeios.

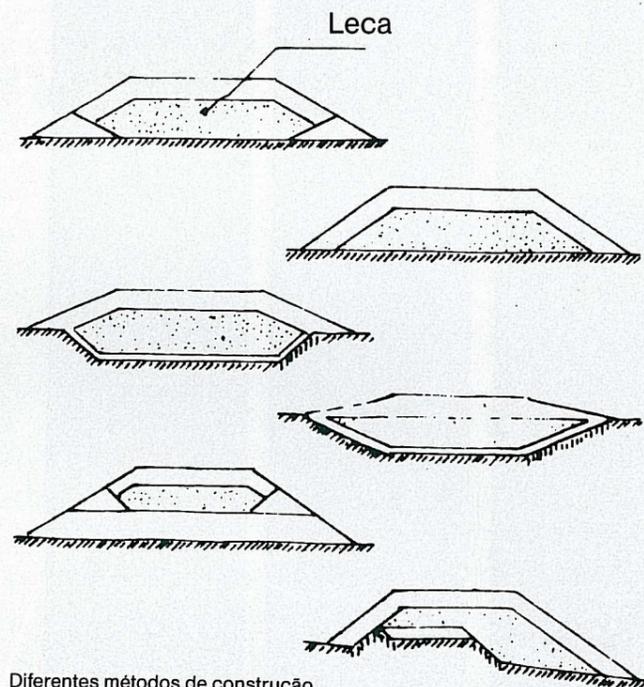
Para obter 1 m³ de betão Leca precisa:

1050 litros de Leca
150 quilos cimento
80 litros de água

Peso = 600 kg/m³

Resistência mecânica = 35 kg/cm²

O emprego de Leca na construção de estradas é fundamentado pela leveza, qualidade de isolamento térmico, resistência, e à sua durabilidade. A aplicação do inerte Leca em aterros ligeiros emprega-se quando os solos são de fraca capacidade de carga. Um aterro ligeiro Leca reduz consideravelmente a carga, o seu peso é aproximadamente a quarta parte do peso dos materiais tradicionais.



Diferentes métodos de construção de aterros ligeiros em Leca.



DEPARTAMENTO DE VENDAS

COLASA Materiais de Construção, Lda.
Rua Inácio de Sousa, 8, r/c Dto.
1500 Lisboa

Telefone 74 05 32 / 78 63 50 — Telex 62501 P — Fax 78 13 61

DESEJO MAIS INFORMAÇÕES:

NOME _____
EMPRESA _____ CARGO _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
CÓDIGO POSTAL _____ TELEFONE _____

Leca

EM TODA A CONSTRUÇÃO

LECA PORTUGAL, ARGILAS EXPANDIDAS, LDA. - Avelar 3245 - Telefone 036-32160 - Telefax 036-32166 - Telex 52 861 Lecapo P

OS PRAZERES DA COR

Veja o mundo sob o prisma das Tintas Dyrup. Sempre em dia com as novas tendências e adaptando-se constantemente às preferências do consumidor, Dyrup oferece-lhe soluções para todos os tipos de superfícies e aplicações. Uma vasta gama de produtos para dar mais cor à vida.

De Norte a Sul do País a alta qualidade Dyrup dita o tom certo.

Acerte as cores com Dyrup. O lado colorido da vida.



dylon dyrutex dyrumat plus DYRULASTIC dyruplast **Hilti** sintal dyrulin Dyrufiat BONDEX dysint dyrucar

Dossier Lisboa



Chiado e zona ribeirinha, para 94:

Uma entrevista com o Presidente da CML

Pedro Brandão conduziu a entrevista.

Falou-se de tudo um pouco.

Ficaram as afirmações de que o estaleiro do chiado e as mudanças na zona ribeirinha serão apostas emblemáticas para 94.

Por isso, neste número do J.A. se fala de tais apostas.

Pedro Brandão: *Passado mais de um ano após a mudança do executivo Municipal, dê-nos três ideias fortes que marcam a diferença desta gestão, em relação à do anterior mandato.*

Jorge Sampaio: Montámos um novo sistema de planeamento em "três velocidades":

primeira: Não de adiou a renegociação da "herança", não se parou a resposta à gestão casuística, mas introduziu-se mais rigor e transparência;

segunda: iniciaram-se estudos em planos de pormenor à escala de zonas alargadas e umas dezenas de projectos de intervenção concreta em cada bairro em área problema sem esperar por um novo plano director;

terceira: Iniciou-se o Plano Director pela discussão de uma estratégia para a Cidade e, com os Municípios vizinhos, para a área Metropolitana. Este trabalho em três níveis simultâneos já está a dar os seus frutos.

Por outro lado, gostaria de salientar as seguintes "marcas" deste primeiro ano de mandato:

Um impulso corajoso do programa habitacional e da reabilitação urbana aproveitando e ultrapassando os instrumentos legais e financeiros existentes, aumentando estes últimos, e obviamente aproveitando projectos disponíveis; Um conjunto de medidas sobre o trânsito no centro da Cidade de que se salienta o projecto e execução da reforma da parte das Avenidas Novas estudada e prometida já na Campanha Eleitoral;

A reforma do planeamento e gestão urbanística;

A intensificação da oferta cultural traduzida não em dezenas mas em centenas de eventos de todo o género como a cidade nunca teve.

Se o espaço de um ano é muito curto para se verem mudanças de maior fôlego, posso acrescentar que se preparam as condições para que, em 91, os lisboetas possam começar a ver as respostas:

- a capacidade de estacionamento e gestão das vias incluindo a moderação dos efeitos de cargas e descargas;

- a realização por todos os bairros de melhorias dos espaços públicos - das ruas e praças aos jardins - conjugadas com a animação cultural, a partir das Festas de Lisboa;

- o arranque do estaleiro do Chiado bem como das mudanças na baixa ribeirinha para poderem constituir os emblemas da Capital da Cultura 94.

P.B. - Num ano de reformulação de políticas, em que não se esperam ainda as realizações, fica-se porem na expectativa em relação aos projectos. Pareceria que a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter encomendado mais trabalho aos arquitectos do que fez. É verdade?

J.S. - Após a reforma nos serviços e na cooperação com as Freguesias estão a ser lançados os projectos de intervenção - aproveitando melhor os recursos internos da Câmara que conta com arquitectos e encomendando outros a profissionais liberais. Temos uma política de valorizar os arquitectos camarários dando-lhes a oportunidade de serem mais do que burocratas ou fiscais dos outros (E há os da EPUL...).

P.B. - Entre as formas de encomenda, terão igual legitimidade as encomendas directas, os concursos limitados e os concursos públicos, desde que as regras sejam claras. Haverá lugar para todas elas, consoante os objectivos. Para quando um Concurso Público de Arquitectura em Lisboa?

J.S. - Para já, estão a aproveitar-se concursos e projectos antes realizados, como por exemplo os da zona ribeirinha. Temos lançado vários, embora de consulta limitada. Não excluo nenhuma modalidade de concurso.



P.B. - Os grandes projectos de iniciativa privada parecem terem monopolizado as atenções em detrimento de uma acção disciplinadora do investimento. Qual é a política em relação ao investimento privado e quais os sectores da oferta (habitação, escritórios, etc.) a privilegiar?

J.S. - Os grandes projectos têm monopolizado, sim, a comunicação social que tende a reduzir a actividade camarária às decisões sobre os chamados grandes projectos esquecendo as centenas que se tomam sobre os pequenos e médios. Também é verdade que alguns dos grandes têm ou poderão ter função estruturante (no bom ou no mau sentido) que obriga a respostas bastante pensadas que, no fundo, são já opções prévias do PDM, da política de trânsito e transporte ou de infraestruturas.

Acontece ainda que estes chamados grandes projectos, em geral, vêm de trás quer os privados quer os das empresas públicas ou de entidades oficiais - e a Câmara raramente tem a possibilidade de os localizar à partida

ou de os re-localizar durante a sua apreciação... pelo menos num primeiro ano de mandato.

Mas posso lembrar que para a escolha da localização da Exposição 98 pesou sem dúvida a firmeza da estratégia camarária. O mesmo se poderá dizer para a localização da nova FIL, que espero venha a concretizar-se no modo aprovado pela Câmara.

Quanto às iniciativas imobiliárias, a forma mais eficaz de as orientar, à nascença, é através das indicações dos novos planos, em preparação, e sobretudo das infraestruturas e redes de transporte público em sítio fixo (e o Governo, que tanto critica a Câmara, tem demorado as decisões sobre o Metro, os Interfaces ou a própria Circular Interior...).

P.B. - A nova normativa urbanística parece conduzida por um objectivo "paralizante". As compensações previstas (no âmbito do futuro PDM ou dos Planos Parciais) podem demorar. Revelam-se as novas normas eficazes, na perspectiva do prazo possível para a sua vigência?

J.S. - O objectivo da normativa urbanística não foi certamente o de "paralizar" mas sim o de "balizar". É provável que para alguns projectos tenha tido o efeito de "paralizar". Mas mesmo nestes casos dar-se-á a esta Câmara o benefício da dúvida; quantos deles não deveriam ser mesmo travados? Não há normativa, por mais cuidados e discussões que se façam, que não tenha alguns efeitos perversos. Admito que esta, que só vigorará até à aprovação do PDM (que se não vai arrastar), seja excessivamente restrita,

quer para as actuações de renovação dos tecidos antigos (em boa parte tão frágeis!) quer para as renovações e sobretudo colmatações na cidade consolidada, quer ainda para as áreas de expansão. Mas nestas última há planos de pormenor de elaboração que a poderão reajustar a tempo. Admitindo a pertinência desta crítica devo lembrar que a vossa Associação consultada em tempo útil, não foi capaz de chegar a um consenso e fez chegar à Câmara dois pareceres profundamente divergentes. O mesmo se passou entre consultores e técnicos camarários que trabalharam no diploma - o que mostra que não se trata de matéria pacífica, sobretudo se tivermos presente que uma normativa se impunha numa cidade traumatizada pela permissividade e falta de equidade dos mandatos anteriores - facto que não deixou de pesar na unanimidade que se viu aquando da sua aprovação!

Mas compete aos agentes mais interessados (e espero-o da AAP) fazer chegar à Câmara o "eco" da aplicação das diferentes normas - e não excluir a possibilidade de introduzir alterações pontuais que de toda a evidência devem ser corrigidas.

P.B. - As grandes infraestruturas urbanísticas (transportes, viárias, etc.) fogem ao controle do município. Que balanço faz do diálogo com o Governo e outras entidades? Das "grandes obras" de infraestruturas, quais são prioritárias na perspectiva de uma internacionalização de Lisboa?

J.S. - Há já documentos aprovados em Câmara (o Plano de Médio Prazo, o PDM e o quadro de referência para o Plano Estratégico) onde todas as obras e necessidades fundamentais estão elencadas, inclusive com a respectiva repercussão financeira (exclui as da responsabilidade da administração central). Esses documentos estão à disposição de todos. No quadro do PDM, em breve assentaremos nas opções necessárias quanto ao desenvolvimento da rede viária fundamental, por exemplo. Temos estado profundamente interessados e envolvidos nos Trabalhos do PROT.

Quando ao chamado diálogo com o Governo tem tido, como é visível por todos, as mais variadas cambiantes. Pela minha parte não me afastarei do meu propósito e posicionamento institucionais, assumidos desde o início do mandato.



P.B. - O diálogo intermunicipal, a problemática da região metropolitana, o PROT e as infraestruturas - tudo isto cabe bem dentro da "arquitetura institucional" vigente?

J.S. - O diálogo intermunicipal, a problemática da região metropolitana... são processos longos (embora impondo decisões consensuais de curto prazo) que conheceram, neste ano que passou, progressos importantes que se deveriam ter conseguido antes. Nós esperamos que o PROT, em vez de vir a ser uma imposição de fora ou de cima aos Municípios seja o lugar da participação das aspirações e dos meios quer governamentais (que ainda são os mais estruturantes) quer autárquicos. E estamos a trabalhar para isso: assim se consiga fazer convergir para os mesmos objectivos os vários Ministérios e as múltiplas concessionárias públicas com influência determinante no plano. Uma estratégia convergente seria já meio caminho andado para o futuro. Quanto à arquitetura institucional, de momento é frágil mas preciosa: baseia-se na vontade das partes, mas é a condição sinequanon para darmos passos seguros de institucionalização mais duradoura.

A questão de fundo não está na Associação Intermunicipal - será o mais imediato e até o mais fácil - mas na articulação entre o poder local e as alavancas metropolitanas que hoje estão fora da sua mão. A instituição metropolitana será de um ou outro tipo conforme o papel que venham a ter as regiões administrativas e os níveis de descentralização para onde se faça a transferência das infraestruturas dos transportes, dos parques habitacionais, do saneamento básico, da educação ou da saúde...

O passo necessário e imediato é obviamente o da Associação Intermunicipal a fim de criar uma entidade credível

capaz de poder ser - passe a imagem - como uma espécie de "holding" de serviços públicos, da habitação aos transportes ou ao saneamento, os quais só têm vantagem em ser geridos sob forma empresarial num espaço mais amplo.

P.B. - Na zona ribeirinha, três frentes prometem a sua devolução à cidade. Na frente Ribeirinha Ocidental, manda o IPPC, na Central manda o MOPTC-APL e na Oriental a Comissão dos Descobrimentos (Expo. 98). Que espaço sobra para a Câmara?

J.S. - O que o próximo governo e a próxima maioria parlamentar souberem impor a essas entidades que não podem, umas, ficar à margem do planeamento municipal, outras, exercerem tutelas abusivas só desculpáveis pelo mau relacionamento da década anterior - situação que me esforço por evitar que se reinstale - mas que não depende só de nós.

De qualquer modo, sem subestimar as dificuldades institucionais - herança do centralismo cruzado com tecnocracia, ambos desconfiados da capacidade e sentido de responsabilidade do poder local - estou convencido de que com paciência e determinação problema a problema, saberemos encontrar as saídas melhores para a Cidade. Aliás, o Município não tem sempre de ser o líder de todos os projectos - o que não pode é ser marginalizado e posto perante factos consumados.

P.B. - A herança do Chiado (no aspecto da configuração jurídica e institucional que foi dada ao processo de reabilitação) foi uma herança má ou boa? Os proprietários terão liberdade para escolher os seus projectistas e estes para interpretar o plano?

J.S. - Nesta fase, a tentação é dizer que, no mínimo, é uma herança difícil -



em Lisboa como em qualquer outra capital. E sobretudo porque a mudança política na Câmara nem foi imediata (teríamos conduzido as primeiras negociações com os interessados de outra forma) nem se deu com a reconstrução já iniciada. Tomámos este problema "quente" na fase pior, a fase "fria": aquela que decorre enquanto se finalizava o projecto - aliás reconhecivelmente notável - e os proprietários medem os seus riscos ou as vantagens de venderem e, nalguns casos, felizmente, a de encomendarem os projectos de arquitectura.

Como todos sabem, os acordos da Câmara anterior não tiveram forma jurídica, o projecto não foi suficientemente acompanhado pelos interessados: e tudo isto - e o mais que não vale a pena citar - se poderia considerar, até agora, normal se não fosse a exploração

demagógica que está a ser feita à volta do Chiado. Qualquer Administração responsável, por mais urgência que tivesse em resolver o problema (**e quem a pode ter mais do que eu?**) não deveria tentar por todos os meios que fossem os proprietários a investir na reconstrução (com as ajudas que entretanto se desbloquearam) e não o Estado por expropriação sistemática (cujos custos não se sabe onde parariam) e que os promotores pudessem escolher os seus projectistas e adaptar os seus projectos dentro do plano Siza Vieira?

E para dar segurança aos investidores, o Senhor Ministro das Obras Públicas já garantiu porventura em que ano estará o Metro a circular na linha que serve o Chiado? Pelos vistos a solução mágica que tem é a da posse administrativa: o Governo actual talvez possa meter-se num buraco financeiro como o do Centro de Belém - a Câmara actual não o deve, nem quer fazer, porque tem outras frentes urgentes que deviam competir ao Governo - como a Via Norte-Sul - para sustentar.

P.B. - O esforço financeiro da CML na promoção da habitação não é exagerado? Não caberia antes ao Governo a responsabilização por este sector, permitindo à Câmara canalizar recursos para o "espaço público" e para a reabilitação?

J.S. - A habitação é um bom exemplo da necessidade irrecusável para esta Câmara de se empenhar na habitação em níveis quantitativos finalmente sensíveis (porque se o não fizer, ninguém mais o fará por ela). O Chiado é suficientemente rentável para dispensar empenhamento



total do Estado: a habitação para as camadas menos solventes, não.

Mas há outra razão para o ataque frontal à situação do alojamento na Capital: é que constitui uma oportunidade única para "fazer cidade" sem arrumar os pobres em ghettos e sem fazer subúrbio aos bocados, separados uns dos outros.

Enfrentar o desafio da quantidade sem comprometer a cidade e o seu futuro. Daí que não haja desvios de recursos, do "espaço público" para a habitação e muito menos para a reabilitação - porque o programa de habitação incide na reabilitação e na construção nova.

P.B. - As regras processuais do Licenciamento continuam a carecer de revisão. Independentemente das alterações legislativas que se aguardam, o que pode e tem feito a CML para tornar o Licenciamento mais rápido e transparente? Por outro lado as Juntas de Freguesia não receberam significativos acréscimos nos meios à sua disposição. Até onde se poderá ir no sentido da descentralização e desburocratização dos serviços?

J.S. - As Freguesias estão a ser reforçadas, selectivamente, por medidas de descentralização e medidas de desconcentração. É nosso objectivo vir a colocar parte da capacidade técnica camarária mais directamente ao serviço das Juntas (e até fisicamente mais próxima das suas áreas) por forma a executarem projectos locais que sejam assumidos no Plano Global do Município e realizados de

forma descentralizada. Para os arquitectos, especialmente, julgo que será uma experiência de responsabilização e criatividade muito importante. Quanto ao licenciamento, quando este número do Jornal sair, já deve ter sido aprovado em Câmara uma proposta para a primeira fase de aceleração dos processos de licenciamento. A segunda fase, certamente mais importante e "radical", só se poderá implementar com a informatização de **todo** o processo de licenciamento, que estamos já preparando.

P.B. - Lisboa - Capital da Cultura em 94. No domínio Arquitectónico e Urbanístico quais são os objectivos que naquela data deverão estar cumpridos?

J.S. - Não gostaria de falar já deste ponto.

E não falámos mesmo, Ficou só, na resposta à primeira pergunta, a afirmação de que o estaleiro do Chiado e as mudanças na zona ribeirinha, serão apostas emblemáticas para 94.

Por isso neste número do J.A. se fala de tais apostas.

A opinião da oposição

Planos, normativa e decisões pontuais

T rês grandes questões

O ano de 1990 foi, no tocante ao Município de Lisboa, assinalado por três grandes questões urbanísticas e arquitectónicas:

o arranque do Plano Estratégico e do Plano Director Municipal; a chamada "Normativa Urbanística"; algumas decisões pontuais tomadas pela Câmara Municipal em casos de maior relevância urbanística.

Não é que outras matérias, de apreciável interesse no domínio em análise, não mereçam uma referência. Só que importa seleccionar o essencial e o essencial é a concepção e o começo da concretização de uma política urbanística para os anos 90.



Marcelo Rebello de Sousa
Vereador da C.M.L.

Os planos - claros e escuros

Em si mesmo o arranque do Plano Estratégico e do Plano Director Municipal seria sempre positivo, já que, muito mais do que representar o cumprimento de uma obrigação legal, significaria sobretudo a preocupação de introduzir o mínimo de racionalidade e de ponderabilidade global no desenvolvimento da cidade.

Não se trata de desejar limitar a sua vitalidade própria em baias rígidas e regras inoportáveis mas sim de corrigir os excessos de mercado que, no urbanismo como noutros planos da vida social, não está provado conduzir, se não corrigido, ao óptimo colectivo. Nomeadamente em cidade atravessadas por profundas desigualdades sociais e até bolsas de pobreza ou mesmo de miséria.

Positiva, sem dúvida, foi, por con-

seguinte, a deliberação de desencadear os processos de feitura dos dois Planos.

Menos positivo já foi um certo sacrifício temporal do Plano Director Municipal, que nos termos do calendário aprovado, não verá facilmente a luz do dia antes do fim do presente mandato camarário.

Negativo foi mesmo o faseamento da elaboração do Plano Estratégico, cujo termo chegou a ser apontado para o início de 1992 e, com uma insuficiente antecipação, cairá em Novembro deste ano.

Muito negativo seria que um atraso irrecuperável quanto ao Plano Estratégico, relativamente ao qual se verifica agora um deslizar de dois meses, projectasse a sua conclusão, de novo, para Janeiro de 1992.

Meio mandato só para a ponderação da estratégia lisboeta seria, a meu ver, tempo excessivo.

A "Normativa Urbanística" - estacionamento à espera

Segundo passo significativo foi a "Normativa Urbanística", que viria a revestir a forma de regras interpretativas do Regulamento do Plano Geral de Urbanização.

Positivo foi o desejo de clarificar determinadas facetas de um regime administrativo com quinze anos de vida.

Menos positiva foi a exclusão de matérias nucleares, como a do estacionamento, remetidas para normas provisórias que nunca mais chegariam a ser debatidas e aprovadas.

Ou seja, continua a ser possível substituir a obrigação de assegurar estacionamento em novas edificações por contrapartidas ou compensações pecuniárias, de resto de controversa constitucionalidade.

Entretanto, as regras objecto de deliberação, que, num caso ou noutro, vão bem longe em matéria interpretativa, inovando - na linha de certas correntes actualistas - estão a merecer retoques, aconselhados pela experiência do último semestre.

Não seria, por isso, má ideia, com brevidade, proceder a estes ajustamentos, eventualmente já no âmbito da feitura do Plano Director Municipal, cuja elaboração vai arrancando, em passo lento embora.

Decisões urbanísticas casuísticas - preocupações

Enquanto se aguarda o Plano Estratégico, em larga medida condicionante do Plano Director Municipal, e se testa uma "Normativa Urbanística" necessariamente insuficiente, porque limitada no seu alcance e carecida de reajustes, alguns Planos de Pormenor vão aparecendo como intenção.

O Plano de Belém-Ajuda, resultado do labor do IPPC, mereceu acolhimento camarário.

O da Avenida da Liberdade e o da Praça de Espanha estão mais atrasados do que seria necessário, sobretudo o primeiro, que encalhou no Tribunal de Contas quanto ao próprio contrato inicial.

Outros estão esboçados ou foram já a Câmara no começo do segundo ano do mandato.

O trabalho do engenheiro António Fonseca Ferreira e da sua equipa de planeamento estratégico tem sido incansável, mas o "output" não pôde ser muito visível em 1990.

Assim sendo, a Câmara ou o seu Presidente tiveram de apreciar ou reapreciar decisões urbanísticas intermitentemente e com critérios nem sempre inquestionáveis.

A tarefa foi agravada pela reabertura de processos do passado, alguns dos quais ainda esperam - mais de um ano depois - uma deliberação final.

O Centro Colombo mereceu uma decisão difícil, mas compreensível e tudo indica venha a ser, muito em breve, objecto de palavra derradeira da Câmara.

O Alto de Campolide já suscitou decisão juridicamente menos operacional.

O Alto do Parque - esse - atrasou-se demais.

O Saldanha teve altos e baixos.

O Tivoli foi a grande sombra no rosário de deliberações camarárias. Incompreensível e desnecessariamente.

Em globo, os critérios tiveram maior ou menor razão de ser ou felicidade e a necessidade de evitar casuismo tornou-se uma realidade evidente. Continuar com ele é motivo para muitas preocupações.

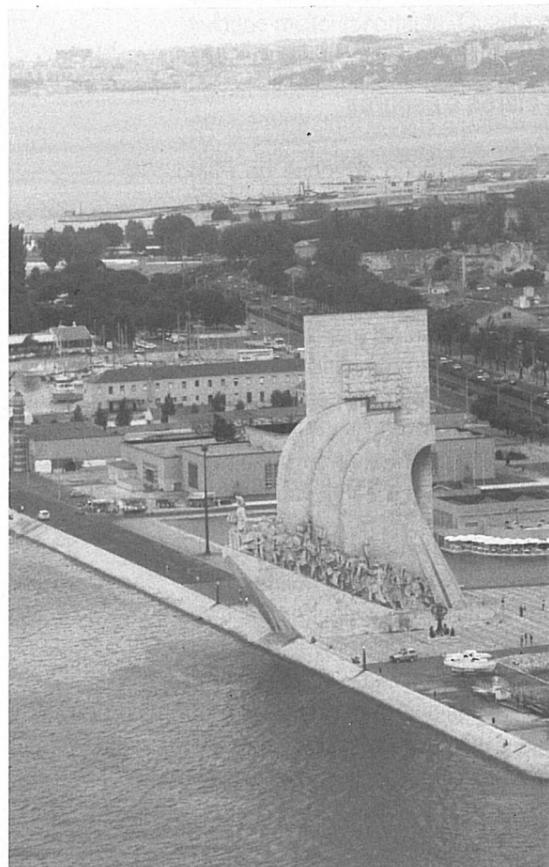
Balanço - ideias generosas, factos ingratos

Como balanço final, dir-se-ia que as ideias foram muitas vezes generosas e motivadoras neste domínio. Mais, de resto, do que noutros sectores camarários.

O consenso por todos procurado, em matéria urbanística e arquitectónica também foi estimulante e até exemplar.

Os factos - esses - ficaram bastante aquém das ideias. A exigir que se não caia na tentação de ir gerindo o quotidiano e esquecendo o sonho legítimo de implementar uma ideia para Lisboa.

Marcelo Rebelo de Sousa



Vista de Lisboa zona ribeirinha

Uma visão Crítica

por António Nunes de Almeida
Arquitecto

O futuro do Chiado continua a ser fonte de preocupação para muitos lisboetas, pois apesar da zona queimada ser uma área restrita envolvendo "apenas" 18 prédios, não deixa de ser das mais significativas e significantes da Baixa.

Não queremos abordar aqui os aspectos ligados à concretização das obras, que sendo tão complexas, poderão só por si, se mal conduzidas, inviabilizar



O Chiado vista aérea

toda e qualquer solução. Apenas referiremos aspectos do Programa e Projecto que nos suscitam algumas dúvidas e reparos.

Lisboa cresceu, extravasou dos seus limites mas o Chiado continuou a ser barómetro social da cidade até finais dos anos 60. Depois, muitos serviços dispersaram-se pelas novas áreas terciárias e o próprio comércio começou a oferecer alternativas fora do Centro tradicional.

Era então preciso e urgente repensar o futuro da Baixa: aceitar a tendência dominante, que talvez conduzisse ao seu apagamento do mapa como zona comercial principal, ou lutar contra essa tendência reestruturando-a e revitalizando-a.

Para além das funções, podia discutir-se o tipo de implantação mais aconselhável, ou seja, analisar a oposição entre estabelecimentos tradicionais e centros comerciais, e até a sua forma arquitectónica, desde privilegiar os edifícios renovados à construção de uma zona totalmente nova, moderna e simbólica.

O incêndio do Chiado, ao exigir uma intervenção directa da Câmara, constituiu uma oportunidade única para uma acção de vulto. Se a operação Chiado não pode ser desligada de toda a área central onde se integra (e dos seus problemas), o facto de se tratar do **Centro** determina ainda que o que for decidido e executado tenha profundas repercussões no futuro da cidade e dos cidadãos. Num espaço onde já havia sinais de mudança esta intervenção é (seria) decisiva para imprimir um rumo à transformação.

Apesar das vozes que se ergueram, pedindo um debate sobre a Baixa, a Câmara não aprofundou qualquer programa digno desse nome e pediu a Siza Vieira para fazer um Plano de Pormenor para a área sinistrada.

O Plano (Projecto) Siza é notável pelo acerto da forma, pelo respeito do lugar, pela subtileza de algumas soluções e até pela humildade. No entanto, não pode passar sem que se lhe façam alguns reparos por aspectos ligados essencialmente ao programa adoptado e às soluções urbanísticas nele presentes, mesmo sabendo que a responsabilidade das soluções não pode nem deve apenas ser imputada a Siza Vieira. De facto, a Câmara continua a ser o maior responsável, uma vez que não forneceu ao arquitecto um programa de ideias força sobre a área e tem acompanhado, através de um gabinete criado especialmente para o efeito, todos os trabalhos.

Há uma longa e próxima história da Baixa à qual os lisboetas da nossa geração se encontram ligados e que não pode ser ignorada nem esquecida. Há muitos anos que os cidadãos mais envolvidos nas questões do urbanismo reclamavam a pedonização da Baixa e do Chiado. Com efeito, o aumento considerável do trânsito automóvel estava a "matar a vivência daquele espaço, e sabia-se que a prioridade ao peão e aos transportes em comum e em combinação com outras medidas, eram instrumentos estratégicos da revitalização das áreas centrais que noutras cidades se vinha praticando.

Esperava-se que a tendência fosse no sentido do alargamento progressivo da área pedonal e que os peões pudessem subir calmamente a Rua do Carmo e a Rua Garrett até ao Largo do Chiado mas afinal os automóveis lá estarão a interromper o percurso, porque o plano Siza pouco altera o esquema de circulação já existente aquando do incêndio.

O outro grande reparo prende-se com a atribuição dos Grandes Armazéns do Chiado a um Hotel de luxo. Não há dúvida que algum comércio da Baixa tinha entrado claramente em degradação e a situação do Grandella e dos Armazéns do Chiado era disso um símbolo evidente. Enquanto os bancos, sedes de empresas e serviços substituíam muitas lojas que ocupavam a zona, as grandes superfícies comerciais, localizadas na periferia, ajudavam a destronar a função comercial do centro tradicional de Lisboa.

Em vez de aproveitar a actual situação para se inverter essa tendência, o Plano segue a reboque dos acontecimentos e elimina de uma assentada (pouco pensada) uma das maiores áreas comerciais existentes na parte queimada, transformando-a num hotel de cinco estrelas.

É difícil perceber os argumentos que terão levado à substituição da enorme área comercial dos Grandes Armazéns do Chiado por este tipo de equipamento. Parece ser uma ideia mais pensada em função da arquitectura do edifício do que dos interesses da Baixa, da Cidade e dos seus Cidadãos.

Não ignoramos que um centro equilibrado precisa de uma diversidade de funções, entre as quais se incluem naturalmente os hotéis. Mas pensamos que estes devem ser construídos em detrimento das áreas de escritórios ou serviços e não das áreas comerciais. Independentemente ainda da questão de saber se é rentável um hotel de luxo



O Chiado

com 60 (?) quartos, parece-nos que uma boa solução seria, por exemplo colocar o hotel num imóvel abandonado por algum Banco em transferência para as Avenidas.

Naquele sítio e naquele local impunha-se uma estrutura mais leve, mais maleável e mais aberta à população de Lisboa.

Com o hotel de luxo, os lisboetas ficarão condenados e limitados a ver chegar as "limousines" com sheiks árabes ou "cowboys" e perde-se talvez a última oportunidade de tentar recuperar a Baixa e o Chiado como principal Centro Comercial e Cultural de Lisboa.

Lisboa, a zona oriental e a Expo 98

por Francisco Silva Dias
Arquitecto

Lisboa, apresenta, hoje, uma acentuada assimetria entre as zonas oriental e ocidental no que se refere à qualidade da paisagem urbana e equilíbrio entre as exigências e a existência de equipamento, ou seja, em resumo, no que se refere ao conforto urbano que fornece aos habitantes de cada uma dessas zonas.

Entendendo-se por "conforto urbano" o uso cómodo, seguro e atraente da cidade esta mostra-se madrastra para aqueles que vivem ou trabalham para nascente de um "eixo de pobreza" quase coincidente com o percurso constituído pelas Avenidas Almirante Reis, Gago Coutinho e Cidade do Porto.

É nesse sector da cidade, que ocupa mais de 1/4 do território municipal e alberga cerca de 1/6 da população que se localiza a maior parte das indústrias poluentes, as grandes manchas de bairros de lata e de habitação degradada e, entre vastas áreas de terrenos desaproveitados, fragmentos dispersos e inacabados de novos bairros sociais e de realojamento provisório

que acabaram por se tornar conjuntos de barracas de promoção pública.

É aí que se localiza o "Bairro Chinês" que constitui no tecido urbano e no tecido social de Lisboa uma verdadeira "mancha de miséria".

Nessa área concorrem factores topográficos desfavoráveis à continuidade da ocupação edificada, vales profundos, feridas provocadas pela exploração de areiros e encostas ravinosas, para além das barreiras criadas pelos caminhos de ferro e pelos condicionamentos postos pela presença do aeroporto, mas surgem simultaneamente, condições naturais privilegiadas decorrentes da proximidade do rio, da generosidade das panorâmicas, e da exposição solar das encostas que não foram, porém, suficientes para neutralizar os aspectos negativos e lhe conferirem crescimento harmonioso.

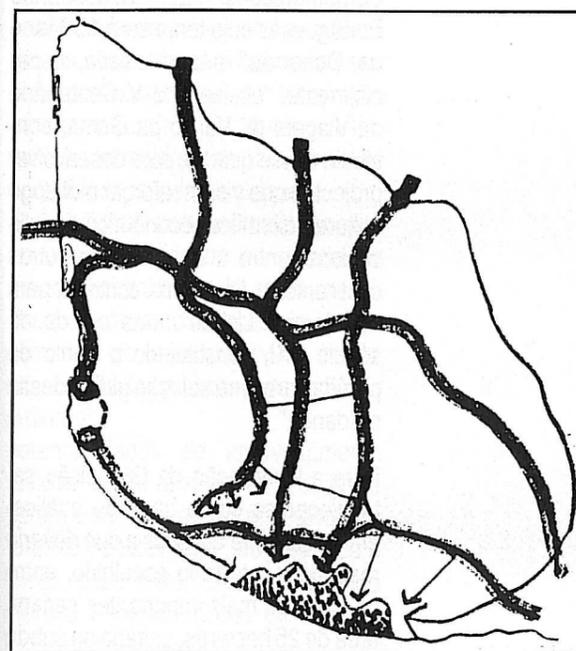
O fenómeno de assimetria é relativamente recente na história da cidade.

Possuidora, tradicionalmente, de um tecido social que se apresenta homogénio, onde a habitação de todas as classes se mistura com comércio, oficinas e sedes de poder civil, militar e eclesiástico, Lisboa viu surgir e acentuar-se a partir do século XVIII a dicotomia nascente-poente.

Até então, e se se considerar que a localização dos grandes edifícios, especialmente os conventos e palácios, constituíram na história da cidade factores de desenvolvimento urbano e de prestígio para as zonas onde se construíram, verifica-se que estes se implantam numa espécie de "rosário" que se encastra nos vales e ponteia a primeira linha de colinas que se estende de Belém aos Olivais.

Na zona oriental a sequência é notável: conventos de Santos o Novo, Madre de Deus, S. Francisco de Xabregas, Beato Santo António, Chelas, S. Cornélio, bem como palácios e quintas, da Mitra, Marquesa de Niza, Lafões, Marquês de Abrantes, dos Alfinetes, entre muitos outros. Três factores importantes contribuíram a partir daquela data para desenhar as assimetrias

A longa permanência da corte na Ajuda depois do terremoto e a apetência manifestada pela aristocracia para aí, igualmente se fixar, o lançamento da linha de caminho de ferro a partir de Santa Apolónia e a imediata vocação que a zona adquiriu para fixação da indústria.



Lisboa

É sintomático verificar que enquanto os conventos e palácios da zona ocidental vieram albergar academias, bibliotecas, escolas superiores, o parlamento, hospitais importantes e quartéis, ou instalações da mais alta hierarquia do Estado, desde Ministérios à Presidência da República, na zona oriental deram origem a instalações fabris, armazéns, asilos ou, quando a ruína ainda não os derrubou, refúgio promíscuo de famílias pobres.

A partir da década de sessenta a Câmara lança-se numa vasta acção de planeamento e construção na zona oriental da cidade a partir das reservas de terrenos que Duarte Pacheco constituira em Olivais e Chelas.

Nessas acções cabia ao Gabinete Técnico de Habitação o ordenamento do território até ao nível de plano de pormenor, a construção das infraestruturas, a programação dos planos habitacionais, o projecto e construção dos edifícios de habitação e do equipamento escolar e ainda a concepção e construção dos arranjos exteriores.

A maior parte desses projectos foi encomendada a equipas trabalhando em regime de profissão liberal e todas estas tarefas chegaram a mobilizar aproximadamente 1/3 dos arquitectos residentes em Lisboa.

Do processo resultou um conjunto que, em Olivais Norte e Sul, embora ainda não concluído, apresenta um ambiente urbano que, em comparação com o caos urbanístico das realizações contemporâneas levadas a efeito pela iniciativa privada como Benfica ou Carnide, evidencia as vantagens de o município assumir o controle da composição urbana das novas extensões da cidade.

Constatação aliás, historicamente demonstrada: a Baixa, as Avenidas Novas, Alvalade e o Restelo consequentes da promoção pública, revelam-se hoje, as mais equilibradas áreas da cidade.

Infelizmente caiu sobre a zona de Chelas, o mais recente dos planos do G.T.H., o "anátoma da zona oriental". A concretização do Plano faz-se com marcantes assimetrias programáticas ao não ter sido possível harmonizar a entrada em funcionamento das quatro componentes fundamentais da vida urbana - habitação, equipamento, postos de trabalho e circulação - por a pressão das carências de alojamento da população de Lisboa ter conduzido à quase exclusiva realização dos programas relacionados com o primeiro desses componentes em detrimento dos restantes.

Por outro lado, os critérios gerais de atribuição de fogos, que não cabia ao G.T.H. controlar, dando prioridade de realojamento a famílias de mais fracos recursos económicos, originaram um tecido social monoclassista com evidente segregação em relação ao conjunto da cidade.

Situação que é agravada pela não realização do sistema viário de integração e ligação às zonas circunvizinhas e pela fraca participação das entidades responsáveis pela instalação de equipamento geral, o que, por sua vez, gera desconfiança por parte de promotores privados, especialmente do sector terciário, que poderiam contribuir para a fixação de fontes de trabalho na zona e para a sua dinamização.

Um factor exógeno em relação ao desenvolvimento de Lisboa que poderá, contudo, vir a ter importância relevante na sua evolução e história surge como hipótese de vir a realizar-se aqui, em 1998, uma **Exposição Internacional**, integrada na programação das Comemorações das Descobertas Portuguesas cujo tema será "**O Mar e os Oceanos**" e que visaria, especialmente, "assinalar o V Centenário da Viagem de Vasco da Gama, contribuir, nesse quadro, para desenvolver projectos que visem reforçar o diálogo cultural, científico, económico e civilizacional entre a Europa e os outros continentes e, finalmente, contribuir para transformar Lisboa numa cidade do século XXI, constituindo o ponto de partida para uma solução global dessa mudança".

Para a localização da Exposição estabeleceu-se como base de análise, um conjunto de quesitos a que deveria responder o terreno escolhido, entre os quais os mais importantes seriam; área de 25 hectares, unitária ou subdi-

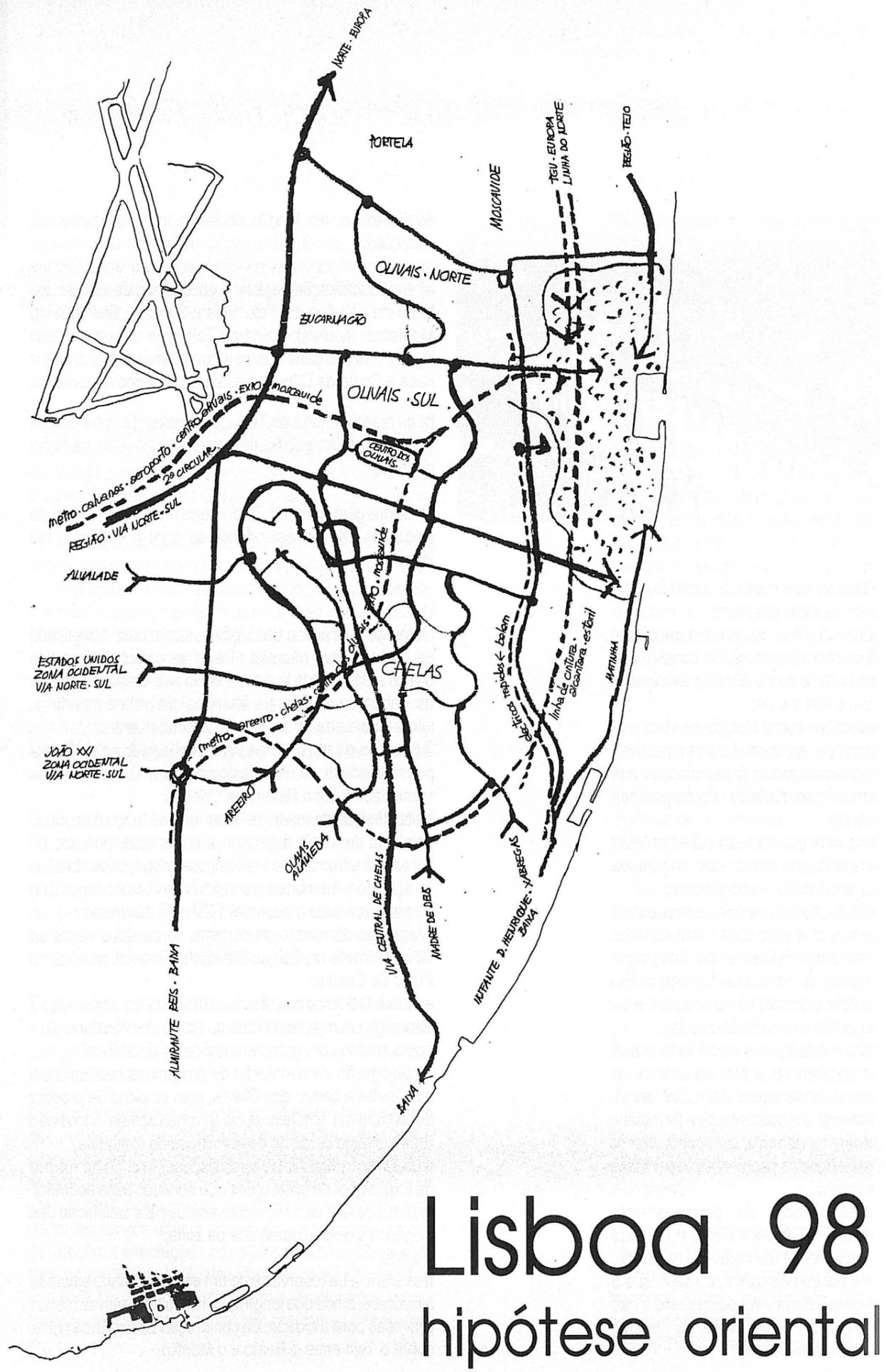


vidida em dois núcleos, não incluindo a área de estacionamento; plano, de nível ou de fraca pendente; ribeirinho, de preferência constituindo frente de rio ou visualmente relacionado com o mar e o rio; disponível sobre o ponto de vista fundiário ou apresentando perspectivas optimistas quanto à participação dos actuais proprietários no empreendimento; livre, sem grande valor expectante ou ocupado com construção degradada ou actividades reconvertíveis; sem o onus de servidões impeditivas da sua ocupação para o fim em vista; com potencialidades de integração urbana, ou seja, que forneça à Exposição capacidade de vir a inserir-se no tecido e na vida da cidade; acessibilidade, com isocronia favorável em relação ao centro da cidade, às áreas habitacionais de maior densidade ou de concentração de hotéis, caminhos de ferro, aeroporto, metro; capacidade de estacionamento periférico próximo; potencialidades de aproveitamento residual de infraestruturas e edifícios para a cidade ou região e, finalmente, "prémio de paisagem", ou seja, que o terreno possua valor paisagístico e não ofereça à partida riscos de impacto ambiental negativo.

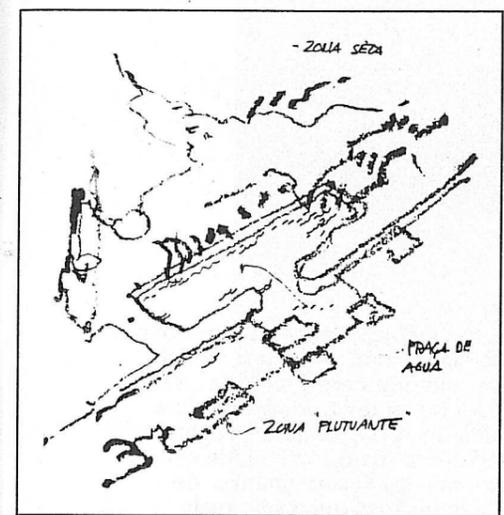
Avaliaram-se, em função deste grupo de quesitos, três situações:

- uma localização regional, envolvente da cidade em torno do estuário do Tejo: Sintra-Cascais, Carregueira, Montemor (Loures), lezíria do Tejo, fora da reserva ecológica, nas margens dos esteiros da margem sul, Charneca e Costa da Caparica e, ainda, no fecho da Golada,
- na margem norte do Tejo - zona ocidental, da Doca de Pedrouços à Doca de Santo Amaro, entre o rio e o caminho de ferro,
- na margem norte do Tejo - zona oriental, em torno da Doca dos Olivais, estendendo-se para o interior e até Beirilas

Optou-se pela última das hipóteses com base numa série de razões a que não são alheias as características dos planos e das acções levadas a efeito pelo Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa a partir do início da década de sessenta, nomeadamente: a previsão de um sistema viário reticulado garantindo a permeabilidade de uma vasta zona e o acesso relativamente fácil à Zona Ribeirinha Oriental; a constituição de reservas de terreno ao longo das principais vias de forma a garantir a construção facilitada de linhas de metropolitano e eléctricos rápidos, servindo a Exposição com *interfaces* garantidos ao sistema ferroviário do país, incluindo o eventual TGV e ao aeroporto; integração do recinto do certame no contínuo verde de Olivais através do Parque Ribeirinho Oriental, previsto no Plano de Chelas; a possibilidade de criação de estacionamento periférico à Exposição com aproveitamento futuro dos terrenos para equipamento com grandes exigências de ar livre; a conjugação da conclusão de programas habitacionais em Chelas e centro dos Olivais, com os picos de procura de alojamento hoteleiro durante o período da Exposição (três meses e cerca de nove milhões de visitantes); a construção nas reservas de espaço livre, ou no recinto da Exposição, de instalações que servindo esse acontecimento, possam vir a ser reconvertidas para satisfação das exigências de equipamentos da zona; e ainda a existência de reservas e de um esquema viário ajustado à hipótese, ainda que longínquo, face a alternativas menos gravosas para a cidade, da construção da segunda ponte sobre o Tejo entre o Beato e o Montijo.



- *disponibilidade favorável de terrenos
- *potencialidades de contribuição para a reestruturação da zona Oriental da Cidade
- *potencialidades de aproveitamento futuro das instalações da EXPO



Planta de Lisboa

- *diversidade de ambientes (zona flutuante, praça da água, zona rica)
- *qualidade paisagística (vista sobre o Mar da Palha)
- *diversidade de acessos:
- *rodoviários - inserida no sistema viário básico da cidade:
- radiais: Infante D. Henrique
Via Central de Chelas
Marginal da Matinha
- circulares: Prolongamento da Av. Estados Unidos
Av. João XXI
- regionais: ligação fácil a via norte-sul
- possibilidade de estacionamento periférico
- *ferroviários:

 - TGV (?)
 - linha do norte
 - linha de cintura ligada à linha do Estoril, e travessia ferroviária da ponte 25 de Abril
 - posição favorável em relação à 2ª ponte, seja a Beato-Montijo ou o prolongamento da CRIL ou da CREL
 - eléctricos rápidos

- *metro - 1ª hipótese:
prolongamento Areiro-Chelas. Centro dos Olivais. EXPO-Moscavide (servindo cerca de 120 000 pessoas)
- 2ª hipótese:
prolongamento Calvanas-Aeroporto. Centro dos Olivais. EXPO-Moscavide (servindo cerca de 120 000 pessoas + aeroporto)
- *qualquer das hipóteses com ligação à linha do norte-sul (?)

Zona ribeirinha, dois anos depois

Dois anos depois da Associação dos Arquitectos Portugueses ter lançado uma campanha com forte repercussão nos média, dedicada à necessária reabilitação da Zona Ribeirinha de Lisboa (ZRL), o assunto tornou-se obrigatório em todas as reflexões sobre a cidade. Objecto e quase tema central das campanhas eleitorais autárquicas, hoje mesmo no debate político a nível nacional aparecem questões relacionadas com a ZRL: o Centro Cultural de Belém, a Expo 98, a nova ponte. Do concurso de ideias promovido pela AAP resultaram vários prémios. Um dos trabalhos foi desenvolvido por contrato entre a APL e o Arqte Gravata Filipe. Outros germinaram para futuras retomas. Aqui deixamos um elenco de 25 coisas feitas nos últimos 2 anos, em curso, ou em preparação, localizadas na ZRL, ou com ela estreitamente ligadas.

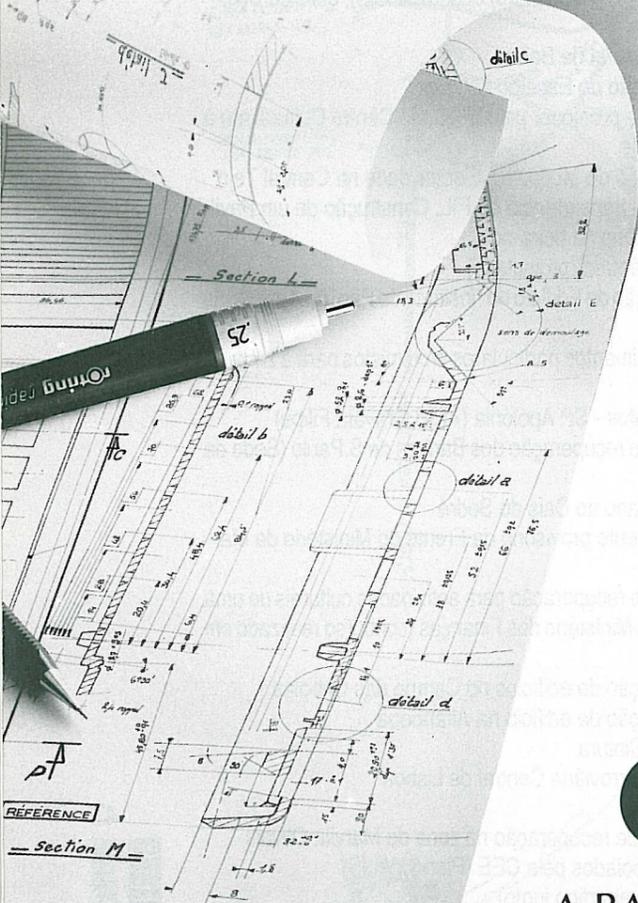
- 1 - CRIL
- 2 - Worl Trade Center - projecto para ocupação da praia de Algés.
- 3 - Monumento ao Combatente
- 4 - Passagem(s) provisória(s) desnivelada(s), em Pedroços-Belém
- 5 - Centro Cultural de Belém
- 6 - Recuperação do Espelho D'Água
- 7 - Concurso a promover pelo IPPC, do Centro Cultural até à Central Tejo.
- 8 - Inauguração do Museu da Electricidade na Central Tejo
- 9 - Anunciada transferência da FIL. Construção de um Pavilhão Provisório na beira-rio
- 10 - Nó de Alcântara (projectado)
- 11 - Recuperação do Edifício do "Instituto do Pão" do Arqte Norte Júnior
- 12 - Empreendimentos particulares e/ou mistos para a zona da Boavista
- 13 - Plano Santos - Stª Apolónia (Arqte Gravata Filipe)
- 14 - Projecto de recuperação dos Banhos de S. Paulo (Sede da AAP)
- 15 - Metropolitano ao Cais do Sodré
- 16 - Ajardinamento provisório da Frente do Ministério da Marinha
- 17 - Projecto de recuperação para actividades culturais de uma parcela do Ministério das Finanças (concurso realizado em 89/90)
- 18 - Recuperação de edifícios no Campo das Cebolas
- 19 - Recuperação de edifício na Alfândega
- 20 - Linha de Cintura
- 21 - Estação Ferroviária Central de Lisboa
- 22 - Nova Ponte
- 23 - Projectos de recuperação na zona de Marvila-Olivais-Chelas, apoiados pela CEE (Plano VALIS)
- 24 - Expo 98 (ver artigo junto)
- 25 - TGV (localização desejável, junto à Expo 98, da estação TGV)

"PAPEL VEGETAL CANSON : À ALTURA DOS VOSSOS PROJECTOS"



Uma inovação técnica, um novo "design"... um avião, um edifício, um telefone com memória... são os sonhos que fazem progredir a realidade! Com o papel vegetal CANSON, a vossa criatividade e o vosso talento ficam libertos de toda a inibição. Com a sua qualidade inalterável, o papel vegetal CANSON permite que "se esqueça dele", colaborando assim, à sua maneira, na realização do vosso único objectivo: o sucesso do vosso projecto.

O papel vegetal CANSON tem uma transparência, uma resistência à raspagem e uma facilidade de arranque que são realmente perfeitas. De 40 a 110 g/m², em folhas, blocos, resmas ou rolos, o papel vegetal CANSON estará sempre "à altura dos vossos projectos".



A BASE EFICAZ DE TODOS OS PROJECTOS.

Representante para Portugal e Ilhas
ARTUR WESTHEIMER LDA. - Largo Cristóvão da Gama, 10-B Damaia de Baixo - 2700 AMADORA.

8	Point d'injection : cotes à préciser
7	Tolerances générales : sauf indications, JS-02, JS-04
6	Échelle générale 2/4
5	Notes des arrêtés : toutes prescriptions à la compréhension de tous les intervenants
4	Définir les (sauf spécification) : A200
3	Sauf spécification, employer les non filetés. Rayons non cotés
2	Formes extérieures générales d'après modèle
1	Granlage chimique 2400 à 3000 µm, surface d'appui
Rep	

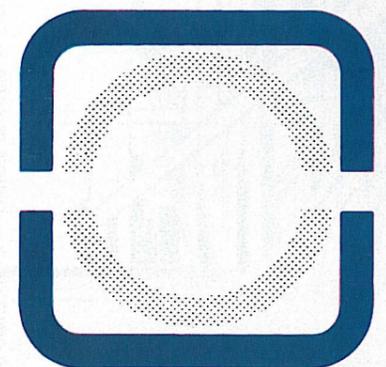
LUXALON®



HORÁCIO COSTA LDA

CONCESSIONÁRIO/FABRICANTE PARA PORTUGAL

Rua do Salitre, 85 - 1200 Lisboa - Tel.: 53 75 84/52 77 50 • Telex: 64 936 HCL • (Fax: 8147894/527750)



PREMOLDE
ESTRUTURAS ESPECIAIS DE BETÃO, S.A.

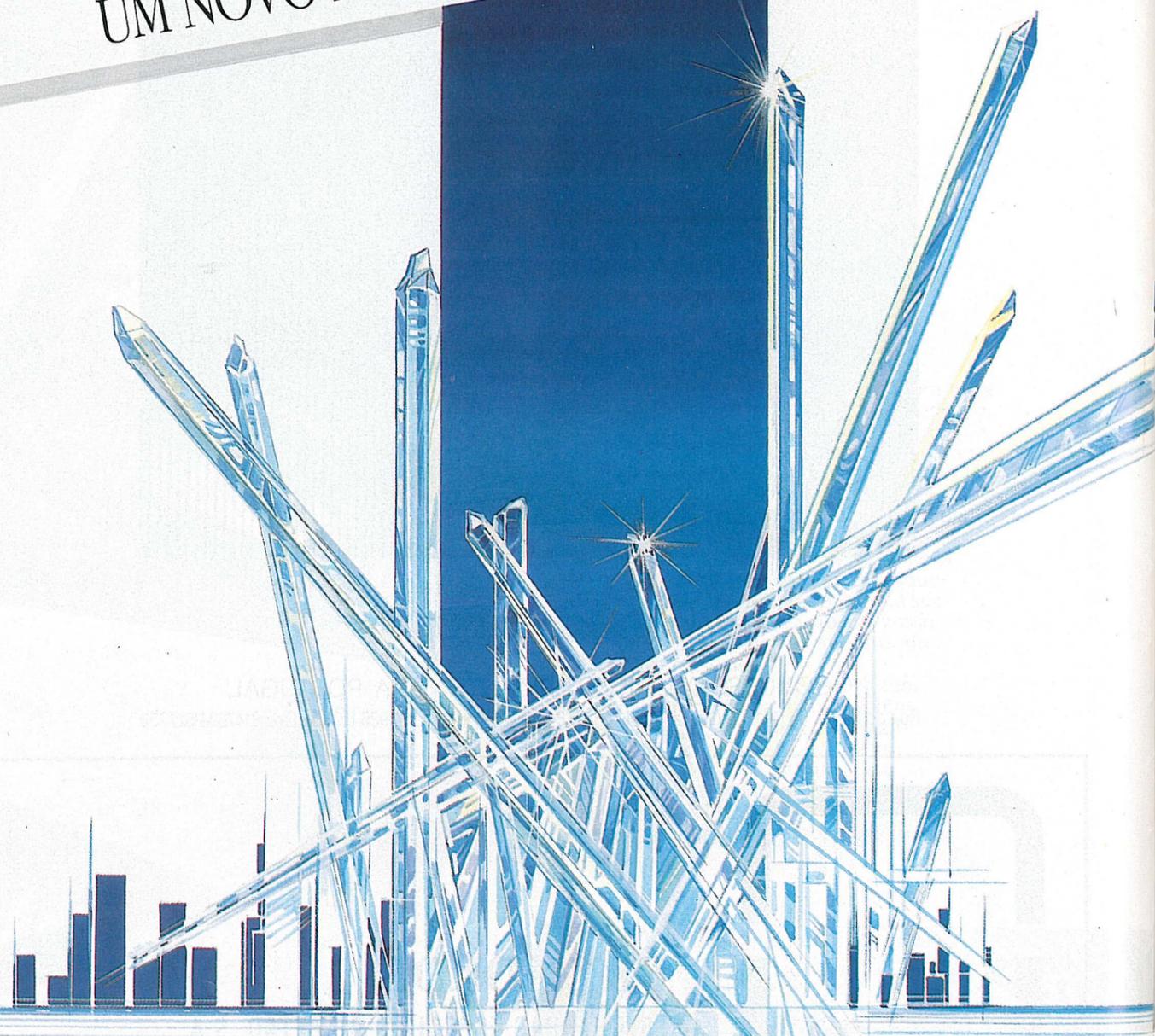
- ★ Pavimentos pré-esforçados
- ★ Perfis pré-esforçados para coberturas
- ★ Blocos de betão para alvenaria
- ★ «Pavês» simples e autoblocantes
- ★ Lancis
- ★ Pré-lajes
- ★ Painéis pré-fabricados
- ★ Pavilhões industriais
- ★ Pré-fabricados à sua medida

DIRECÇÃO COMERCIAL CENTRO
PAU QUEIMADO - 2870 MONTIJO
TELEFS. 231 07 86 - 231 24 99

DIRECÇÃO COMERCIAL BEIRA INTERIOR
ARGIBLOCO, LDA • 6001 CASTELO BRANCO CODEX
APARTADO 67 • TELEFS. (072) 9 62 70 - 9 61 17

DIRECÇÃO COMERCIAL SUL
BELA MANDIL • 8700 OLHÃO
TELEFS. (089) 70 53 18 / 19 / 20

UM NOVO MUNDO TECHNAL



A alvorada amacia as linhas cruas da cidade. Insinua-se pelas transparências dos edifícios que a Technal converte em moradas de luz. Com o Sistema Technal, nasce um mundo de produtos que dão forma à mais ousada concepção arquitectónica e decorativa.

O alumínio Technal integra-se no dia a dia citadino, tanto em construções novas como em projectos de restauro. Personaliza a moradia particular inovando os conceitos de estética, racionaliza harmoniosamente o espaço do escritório, transfigura as fachadas dos edifícios.

Um sem número de aplicações Technal modificam o rosto da cidade, fazendo surgir um novo mundo onde cultura e natureza enfim, se unificam.

TECHNAL® 

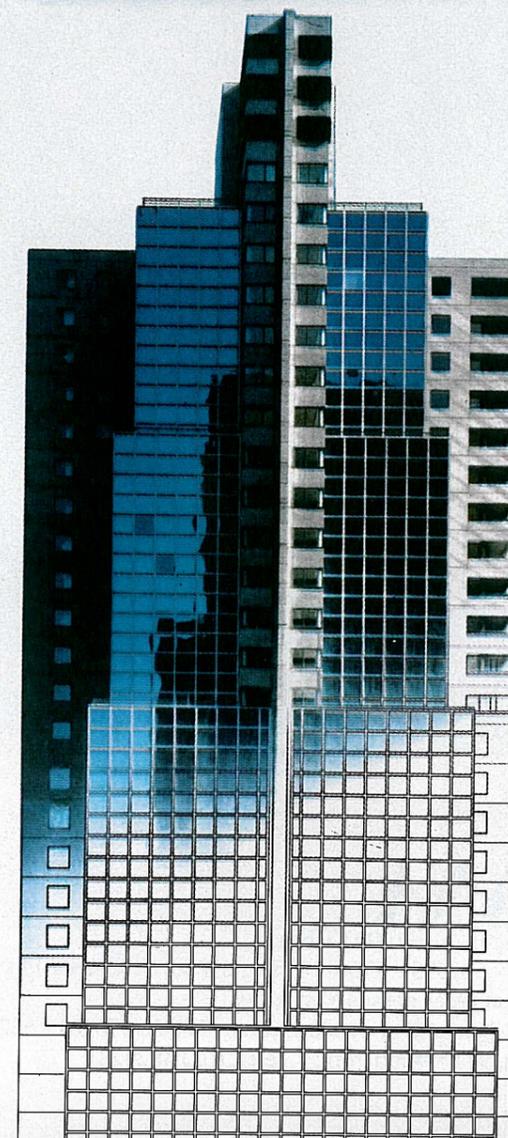
ECONOMIA BUILDING, THE MANHATTAN CONDOMINIUM ARCHITECTS, RAFAEL VIÑOLY PHOTO, WOLFGANG HOYT
Representante para Portugal e Regiões Autónomas:
ARTUR WESTHEIMER, LDA. — Largo Cristóvão da Gama, 10-B — Damaia de Baixo — 2700 AMADORA — Tel.: 474 65 67

rotring rapidograph

O PROFISSIONAL

O rotring rapidograph. O instrumento para desenho técnico, considerado em todo o mundo como o padrão máximo de qualidade, precisão e funcionamento.

Com a substituição da recarga capilar, obtém um sistema de ventilação novo e limpo. O rotring rapidograph existe em 15 espessuras de traço diferentes, à venda no seu fornecedor habitual.



rotring

HÁ 50 ANOS QUE SABEMOS DE TAPETES



TRICANA

Av. Praia da Vitória, 48-A — 1000 Lisboa
 Telef. (01)536314 - 571525 - 532444 Telex: 65056 TRICAN P Fax: (01)3526355
 Departamento de carpetes persas e orientais
 Lisboa: Av. Casal Ribeiro, 15-B — 1000 Lisboa - Telef. 576104 - 532444
 Porto: R. da Alegria, 971 — 4000 Porto - Telef. (02) 482022

KURQ QUM (1,32x2,04) — ORIGEM IRÃO — PEÇA RARA

RANK XEROX

PUBLICIS/CIESA



**COPIADOR
XEROX SISTEMA 2520**

É natural. Você que confia nos Copiadores Xerox também se pode apoiar nos equipamentos Xerox de grandes formatos. É exactamente o mesmo o nível de excelência na reprodução fiel e rigorosa dos originais, na permanência do traço, na definição dos pormenores. É evidente. O processo é o mesmo — a Xerografia. As suas plantas, projectos, desenhos técnicos ficam guardados para sempre. Preto no branco. O Copiador de grandes formatos Xerox Sistema 2520 é a resposta

da alta tecnologia Xerox às necessidades de cópia de gabinetes de arquitectura, engenharia e Gabinetes de Apoio Técnico. O Xerox Sistema 2520 é um coprador de grandes formatos até A0, com impressão em papel normal, vegetal ou poliéster. Aceita originais rígidos até 3 mm de espessura. 3 cópias A0 por minuto. Multicópias, inclusão de margem, corte automático do papel, ajuste de escala. Excepcional qualidade de cópia, sistema inodoro, impressão durável, utilizando método Xerográfico.

Para mais informações, preencha o cupão junto ou peça uma demonstração através dos telefones 57 71 10 de Lisboa ou 32 42 14 do Porto.

(Preencha o cupão e envie para RANK XEROX Portugal, Rua Pedro Nunes, 16 - 4000 LISBOA)

Desejo informações mais detalhadas sobre este equipamento

Nome _____

Empresa _____ Cargo _____

Morada _____

Localidade _____ Telefone _____

Rank Xerox
The Document Company
Fazemos equipa consigo

**Para grandes formatos...
Apoie-se em Xerox.**



Janela de sótão

VELUX®

Este produto de fama mundial está á venda em Portugal



A janela de sótão VELUX® pode ser instalada em qualquer tipo de telhados. Por exemplo, prédios antigos poderão ter um novo sótão impermeabilizado. VELUX dará economicamente, luz e ventilação as novas divisões que poderão ser aproveitadas no seu sótão. E o rendimento extra que obterá, pagará o investimento realizado e também proporcionará uma nova imagem a todo o prédio.

As janelas VELUX têm um acabamento completo:

- Janelas de vidro duplo
- Caixilho e empanelamento são feitos de pinho nórdico
- 100% estanqueidade entre janela e telhado por meio de rufos especiais
- Abertura para ventilação mesmo quando a janela está fechada
- Bons acabamentos e qualidade superior.



Exemplo de preço para caixilho de formato cm 78x140 Esc. 34.900 s/ iva, não inclui preço do rufo.

Contacte-nos ou envie este cupão para obter mais informações.

VELUX INTERNATIONAL A/S

Sucursal em Portugal

Rua de S. Sebastião da Pedreira, 100-3°

1000 Lisboa

Telf. 01-52.26.03

Telefax: 01-52.61.26

® VELUX é uma marca registada

Por favor envie-me mais informações sobre a janela VELUX

Nome: _____

Morada: _____

Telf.: _____

VELUX INTERNATIONAL A/S Sucursal em Portugal
Rua de S. Sebastião da Pedreira, 100-3°, 1000 Lisboa.

WIRSBO

DEZ VEZES A VOLTA AO MUNDO COM TUBOS PEX DA WIRSBO

A WIRSBO foi a primeira Companhia a fabricar tubos PEX em larga escala (1972).

Hoje a sua produção atingiu já os 400.000.000 de metros, o que equivale a mais de 10 vezes a volta à Terra na linha do equador.

Atualmente, a produção anual ultrapassa uma volta à Terra.



Na liderança de fabrico em PEX, a WIRSBO tem muito mais para oferecer do que somente tubo. Também oferece sistemas completos e tecnologia de instalação.

A WIRSBO é uma companhia internacional operando já em mais de 25 Países. E nossa filosofia continuar o processo de introdução dos tubos WIRSBO - PEX através do mundo e, desse modo, servir cada vez mais clientes.



Os tubos WIRSBO-PEX são, dadas as suas excelentes propriedades, um produto da mais alta qualidade. O material não sofre corrosão e é aplicável na condução de águas quentes e frias.



Para as instalações domésticas de águas quentes e frias a WIRSBO desenvolveu um sistema completo que compreende a tubagem e respectivos acessórios. Este sistema satisfaz todas as necessidades de condução de água e é o ideal quer em edifícios novos quer na remodelação de edifícios antigos.



O aquecimento por chão radiante WIRSBO é desenhado para um moderno aquecimento de espaços a temperatura equilibrada.

WIRSBO

SEDE: Av. da República, 2290
4400 V.N. Gaia, Fax. 308000
Telef. 308564/309181

ARMAZ.: R. Central do Olival, 1100
S. Martinho de Arnelas,
4415 Carvalhos, Fax. 7829644
Telef. 7825905/7829669

soluções

FORMICA®



Para grandes ou medias instalações de paredes

Os laminados Alta Pressão FORMICA resolvem qualquer necessidade de revestimentos de paredes ou divisões de espaços, com o selo das obras bem acabadas, tecnicamente funcionais e esteticamente confortáveis. Laminados postforming de alta pressão aplacado sobre suporte com cantos arredondados. Sistemas de sujeição o medidas modulares ajustáveis a qualquer projecto de desenho. Ampla gama de desenhos o cores lisas, das colecções que a FORMICA produz e comercializa am todo o mundo, através de uma extensa organização internacional. Para qualquer informação sobre FORMICA, dirijam-se a:



DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO PARA PORTUGAL:

SARDINHA & LEITE, S.A.

Sede: Rua da Voltinha - 4415 CARVALHOS Codex - Telef. (02) 7829511 BAL
Filial: EN 117-km. 2,3 - Qta. Grande - Alfragide - 2700 AMADORA - Telef. (01) 47 55 21